



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Declaro aberto o III Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Em cumprimento ao Requerimento nº 01, de 2013, da CRA, e ao Requerimento nº 14, de 2013, da CRA, aprovados, respectivamente, em 07/03/2013 e 11/04/2013, ambos de minha autoria, sendo realizado, nessa oportunidade, na Câmara Municipal da cidade de Jarú, do nosso Estado de Rondônia.

O presente seminário tem por finalidade avaliar e debater a regularização fundiária no Estado de Rondônia nas áreas urbanas e nas áreas rurais, bem como as implicações nos repasses de recursos federais e estaduais, a obtenção de financiamentos para a implantação de projetos do programa do Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados, que já compõem a Mesa: Dr. Eduardo José Gansi, representante da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Dr. Luiz Flávio Carvalho, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Evandro César Padovani, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia; Luiz Gomes Furtado, Secretário-Executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater); Sr. Adauto Lacerda de Brito, Assessor de Agronegócio da Superintendência de Varejo e Governo do Banco do Brasil de Rondônia; Sr. Hélio Francisco Gehrardt, Gerente-Geral do Banco da Amazônia (Basa); e o Lázaro, nosso amigo Lazinho, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia.

Agradeço a presença de todos nesta tarde de hoje. Agradeço também a equipe da TV Senado e da Rádio Senado, que nos proporcionam essa transmissão ao vivo, aqui, da Cidade de Jarú.

Esta audiência me foi solicitada pela Prefeita Sônia, que temos o prazer da presença em nossa Mesa.

Sr^a Sônia Cordeiro, é um prazer estar aqui com V. Ex^a, Prefeita Municipal da Cidade de Jarú. Estão também presentes o Vereador Moisés da Nanaim e a Vereadora Rose Capelini.

A pedido deles, viemos aqui, em Jarú, fazer esta audiência pública, com o intuito de estarmos mais próximos da população brasileira e dos nossos agricultores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, caros convidados e telespectadores que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, é uma satisfação muito grande estar aqui, hoje, no Município de Jarú, para realizarmos mais uma audiência pública e ciclo de debates e palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, aqui no Estado de Rondônia.



Esta é a sexta audiência que fazemos, no formato de seminário do ciclo de debates da Comissão de Agricultura, que realizamos aqui em Rondônia, com transmissão ao vivo pela TV Senado.

Nesses eventos, discutimos temas do interesse do nosso Estado de Rondônia, da Amazônia e de todo o nosso País, como o Código Florestal, que debatemos em Vilhena, a produção do café, tema que abordamos no seminário em Cacoal, o cooperativismo, a assistência técnica e a sanidade animal e defesa agropecuária, temas dos dois seminários que realizamos em Ji-Paraná, e a regularização fundiária, que discutimos no seminário realizado em Ariquemes e que voltamos a discutir e a debater hoje, aqui, na cidade de Jaru, além de quatro audiências públicas nos Municípios de Nova Brasilândia, Alvorada d'Oeste, Seringueiras e São Miguel do Guaporé, onde tratamos do preço do leite.

A regularização fundiária em Rondônia e na Amazônia, por sinal, tem sido um dos temas mais discutidos na Comissão de Agricultura, nos últimos dois anos e quatro meses, período em que fui membro titular desta Comissão e exerci a função de Presidente. Agora, estou como Vice-Presidente.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar e agradecer ao nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Benedito de Lira, que prontamente atendeu ao nosso pedido para que pudéssemos estar aqui, hoje, fazendo esta audiência, em forma de ciclos, debates e palestras.

Portanto, quero agradecer aos demais Senadores também da Comissão de Agricultura pelo apoio nesse período e por terem aprovado o requerimento para que pudéssemos estar aqui hoje, no Município de Jaru, discutindo mais uma vez a regularização fundiária no nosso Estado de Rondônia. Se insistimos nesse tema é porque ainda não conseguimos apresentar uma resposta satisfatória para a população do nosso Estado e a população da Amazônia, para os milhares de agricultores que estão nos assentamentos ou mesmo em propriedades já escrituradas, mas que ainda não possuem o título de propriedade da sua terra.

A falta do reconhecimento legal de posse da terra é o que tem dificultado a vida dos agricultores na Amazônia Legal e de nosso Estado de Rondônia. Sem o certificado de propriedade rural registrado no cartório, o agricultor praticamente não existe para os órgãos públicos, para as agências de fomento, para os bancos públicos e privados, pois, sem o título da terra, ele não consegue comprovar sua área, a sua produção e tampouco a sua renda.

Diante da lentidão da entrega do título definitivo da terra, temos de pensar numa estratégia para que os agricultores familiares dos assentamentos tenham acesso pleno aos programas governamentais e, principalmente, ao crédito agrícola, o Pronaf.

Hoje, o manual de crédito rural do Pronaf restringe o financiamento a produtores na condição de posseiros até o limite de R\$10 mil. Essa norma precisa ser ajustada, de forma a deixar claro que, no caso de financiamento a posseiros,



que é previsto no Pronaf, a simples apresentação da declaração de aptidão ao Pronaf seja suficiente? Até porque não tem como exigir outro documento, pois, nessa condição de uso do imóvel, ele não tem nenhuma documentação fornecida pelos órgãos responsáveis. Por isso, além do Incra, do MDA e do Governo do Estado, estão presentes neste seminário representantes do Basa e do Banco do Brasil.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, para os demais Senadores presentes e debatedores do nosso seminário, faço um breve relato das discussões que travamos no âmbito da Comissão de Agricultura para que possamos promover o debate de hoje, a partir do que já avançamos dessa discussão e dos principais aspectos que precisamos atacar, para termos mais agilidade e eficiência no trabalho da regularização fundiária em nosso Estado e em toda a Amazônia.

O último seminário do ciclo de debates da Comissão de Agricultura sobre o tema Regularização Fundiária foi no dia 3 de dezembro de 2012. Neste dia, o Incra garantiu novo ritmo aos trabalhos de regularização fundiária no País após 2013. A afirmação foi do Presidente do Instituto Carlos Guedes. Ele disse que, até 2014, 20 mil famílias de Rondônia seriam assentadas e teriam o título definitivo da sua terra.

Entretanto, foram entregues poucos títulos de propriedade definitiva da terra em Rondônia. Nos últimos dois anos, foram 1.300 títulos, sendo que a meta da Secretaria do Estado da Agricultura é entregar, até o final de 2014, 10 mil títulos de propriedade definitiva das terras para agricultores. A meta da Seagri é a metade da meta apresentada pelo Presidente do Incra.

Essa diferença entre as metas mostra um certo descompasso entre a metodologia de trabalho e a política de gestão entre as instituições envolvidas no assunto.

Possivelmente, esse descompasso seja a causa da lentidão no processo de regularização fundiária aqui em Rondônia e em todo o Brasil, em especial a regularização na Amazônia. Durante muito tempo, a regularização fundiária esteve sob competência do Incra, e, mais recentemente, com a criação do Programa Terra Legal, essa competência passou a ser compartilhada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Segundo o Presidente do Incra informou, ainda no ano passado, uma reforma na logística dos trabalhos do Instituto, com a automatização dos processos e a realocação de pessoal, iria permitir que as regularizações fossem aceleradas no começo deste ano. Mas isso não tem ocorrido, de modo que precisamos saber em que pé está reestruturação do Incra e como está a parceria com o Governo do Estado.

Conforme a Coordenadora de Regularização Fundiária da Seagri, Sr^a Edineia Maria Gusmão, nos informou esta semana, a entrega de 10 mil títulos é uma meta possível de se alcançar em dois anos com as atuais condições de



trabalhos, mas ela nos assegurou que essa meta pode ser ampliada se essa parceria do Estado de Rondônia com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Incra for efetivada por meio de convênio, com a descentralização das atividades, o uso compartilhado das ferramentas de gestão e do sistema de informações do Governo Federal.

Concordo com Edineia, servidora técnica de nosso Estado de Rondônia, e creio que só assim poderemos chegar à meta do Incra de entregar 20 mil títulos até 2014, o que representa 30% da demanda reprimida do Estado, que espera por esta regularização.

Nosso objetivo, com este seminário, é justamente possibilitar essa aproximação. É evidenciarmos, mais uma vez, as dificuldades e construir interfaces entre as instituições, para que possamos avançar com mais agilidade na regularização fundiária rural e urbana do nosso Estado de Rondônia.

E, por falar em regularização urbana, Rondônia está dando um belo exemplo para o nosso País de como isso pode ser realizado com rapidez e sem burocracia. O Programa de Regularização Urbana do Governo Estadual, chamado “Título, Já!”, entregou, nos dois últimos anos, mais de 10 mil títulos de imóveis urbanos no Estado de Rondônia.

Através do programa Título, Já!, um dos mecanismos do Plano Futuro de Inclusão Social e de Combate à Pobreza, o Governador Confúcio Moura pretende entregar, até 2015, 60 mil títulos de propriedade urbana em todo o Estado de Rondônia. Uma parceria do Tribunal de Justiça com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg possibilitou a redução em até 90% dos custos dos títulos, permitindo que o resíduo seja financiado pelo Governo e pelas Prefeituras.

É esse tipo de parceria que buscamos entre o Governo do Estado, o MDA e o Incra, para que a regularização fundiária rural também funcione. É preciso descentralizar as ações, estabelecer parcerias com os cartórios e até mesmo transferir as terras da União para o Estado, como propomos por meio de uma PEC que já está tramitando no Senado Federal.

Portanto, quero iniciar o debate lançando a seguinte indagação para os representantes do Governo do Estado e do Governo Federal, para que todos possam tocar essa música com a viola afinada: quais são os principais avanços e quais são os entraves? Como podemos estabelecer uma parceria que, de fato, possa dar mais agilidade para o processo de regularização fundiária em Rondônia?

Essa é uma resposta que a população do nosso Estado tem-nos cobrado sistematicamente, não somente de mim, mas de todos da bancada federal. Todos nós temos sido cobrados pela população com relação à regularização fundiária no Estado de Rondônia, principalmente na área rural. Na área urbana, nós temos acompanhado e vimos que houve um avanço grande na



regularização urbana nos nossos Municípios. Agora nós precisamos que haja também essa agilidade na zona rural.

Quero deixar aqui o contato para aquelas pessoas que porventura quiserem participar do nosso ciclo de palestras e debates. Quem encaminhar alguma pergunta ou questionamento pode fazê-lo pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, pelo Twitter @AloSenado ou ainda pelo telefone 0800-612211, lembrando que a ligação é gratuita tanto pelo telefone celular quanto pelo telefone fixo.

Iniciando os nossos trabalhos, passo a palavra à Prefeita Sonia Cordeiro, para cumprimentar os nossos debatedores e os nossos convidados presentes no auditório da Câmara Municipal de Jarú.

A SRª SONIA CORDEIRO – Boa tarde a todos! Na pessoa do Senador Acir Gurgacz, cumprimento o público presente e, na pessoa do nosso Senador da República Ivo Cassol, cumprimento todos os membros da Mesa.

Primeiro, Senador, quero parabenizá-lo pela iniciativa e pela escolha do Município de Jarú para tratar deste tema tão importante e relevante a ser discutido hoje, que tem nos causado uma grande preocupação: a regularização urbana e rural.

Recentemente fizemos um breve levantamento de quanto custaria a regularização fundiária urbana aqui em Jarú, e ela se aproxima dos R\$500 mil, valor que o Município não tem como custear totalmente. Então ficamos felizes, porque acreditamos que o senhor, juntamente com o Senador Ivo Cassol e com o Senador Raupp, se engajará nessa luta por essa grande conquista para nossa população. Isso é muito importante.

Quero parabenizar sua iniciativa e agradecer ao público presente, que veio para ouvir e, creio, para saber como se encontra, como está, de fato, essa regularização fundiária.

Boa tarde, um bom encontro a todos e, mais uma vez, obrigada pela iniciativa e por escolher o Município de Jarú para esta tão importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Obrigado, Prefeita Sonia, pela acolhida a todos nós na cidade de Jarú.

Agradeço a presença do Vice-Prefeito de Jarú, o Inaldo, do Jaime Junior, Chefe da Ciretran de Colina Verde, do Vereador Jeferson Lima, de Jarú. da Vereadora Rose Capelini, de Jarú, do Vereador Moisés da Manaim, de Jarú, do Vereador Edimilson, de Jarú. do Vereador Luiz, de Jarú, e do Vereador Josemar Figueira, Presidente da Câmara Municipal de Jarú, a quem agradeço também pela presteza em nos ceder o auditório da Câmara Municipal para fazermos este debate.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, agradecendo por sua presença na nossa audiência pública.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Obrigado.



Sr. Presidente, é uma alegria, uma satisfação estar mais uma vez aqui, na cidade de Jarú. Cumprimento o Senador Gurgacz, que preside esta audiência pública para discutir, especialmente, o setor produtivo. Cumprimento a Prefeita Sônia. É uma alegria estar aqui na sua casa, com V. Ex^a nos recebendo. É uma alegria ver o Inaldo, o nosso Vice-Prefeito. Cumprimento também os Vereadores, em nome do José Augusto, e deixo o nosso abraço.

Cumprimento o Eduardo José, da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal do MDA, o Luís Flávio, ex-Prefeito de Machadinho e Superintendente do INCRA, o Evandro, que é o nosso Secretário de Agricultura, o Luiz Gomes, Secretário Executivo da Emater, Adauto Lacerda de Brito, Assessor de Agronegócio da Superintendência Estadual de Varejo do Banco do Brasil, também cumprimento o Hélio Francisco, Gerente Geral do Banco da Amazônia, deixo o nosso abraço também ao Sr. João Gonçalves. Cumprimento os membros da Mesa.

É com imensa alegria que quero, nesta semana especial, primeiramente, dar os parabéns a todas as mães presentes, porque será um dia especial o domingo e, como todo o Brasil, estamos em festa.

Fiz questão de participar desta audiência pública, juntamente com o nosso Presidente, uma vez que temos uma preocupação toda especial com a questão fundiária – e a regularização fundiária não só de Rondônia, mas da Amazônia – e com o restante das dificuldades que nós temos.

Quando se discute essa questão da regularização fundiária, Sonia, nossa Prefeita – e estão presentes representantes do Basa, o Hélio, e também do Banco do Brasil –, há muitos recursos do FNI à disposição dos nossos produtores, mas, infelizmente, quando não se têm documentos não se tem acesso suficiente para obter todos os recursos disponíveis. E o Basa, muitas vezes, devolve dinheiro para a matriz, em Belém, porque não pôde aplicar, deixando esses recursos de gerar emprego e renda nos Municípios da região.

Mas nós temos uma questão nossa, de Rondônia. E estamos em audiência pública em Jarú especialmente para discutir os problemas que estamos vivendo aqui. E não é só a regularização fundiária e a questão do produtor, em que, infelizmente, nesses anos todos, a Secretaria de Regularização Fundiária vem trabalhando muito lentamente. Nós precisamos de pessoal, de mais gente.

O Incra continua sendo uma instituição importante para nós, mas, nos últimos anos, está capenga. Eu quero dizer que dentro do Incra, Flávio, há pessoas competentes, capazes, que têm de ser aproveitadas. Não podemos deixar o Incra em segundo plano, porque o Incra tem conhecimento, tem técnicos, pessoas que podem ajudar, contribuir.

Também quero dizer para vocês que, além da questão da regularização fundiária, há também a questão da regularização fundiária urbana, em que há muitas pendências. Isso também tem de ser resolvido. Sonia, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica têm recursos para financiar a casa própria, para



fazer casas para as pessoas melhorarem seu agronegócio, seu comércio. Elas não o fazem porque não têm acesso à linha de financiamento.

Eu fui prefeito em Rolim de Moura e uma das primeiras coisas que fiz foi regularizar o perímetro urbano da cidade. Com isso, conseguimos desenvolver e liberar vários e vários financiamentos. Mas não é só isso. Há o exemplo de Tarilândia, com a questão da propriedade particular; em Jaru, já é uma questão que envolve outros setores, especialmente quando o Governo Federal tem de liberar os títulos definitivos, como foi liberado para São Francisco há poucos dias atrás, para Alto Alegre dos Parecis.

Há várias situações de títulos definitivos para as prefeituras fazerem a regularização fundiária local. Mas, além disso tudo, Sr. Presidente, temos de colocar nessas audiências públicas a complementação da energia, do Luz para Todos. Não podemos aceitar, de maneira nenhuma, quando temos pela frente a complementação do Luz para Todos, já que há mais de 23 mil pessoas no Estado de Rondônia sem energia e não se conclui o programa, que começou lá atrás. Na verdade, o Governo Federal fez esse programa para fazer com que o agricultor e o produtor continuassem no campo, mas em muitos locais o programa ficou a desejar, porque não foi concluído.

Então, precisamos fazer um trabalho conjunto na Comissão de Agricultura. Isso precisa ser concluído, caso contrário o agricultor, na ponta, fala: “Não posso colocar um tanque de resfriamento de leite para melhorar a qualidade do leite. Não posso ter uma televisão.” O agricultor terá dificuldades, enquanto todos têm acesso à energia. Hoje, há mais 23 mil produtores sem energia.

Outra situação gritante: Jaru já serviu de palco da bacia leiteira para se trancar a BR, como se o Governo do Estado fosse o culpado pela situação do preço do leite.

Veja o que se assistiu na mídia nacional nessa semana: dono de laticínio colocando formol no leite! Isso é um absurdo! Isso é um crime! É um crime contra a vida humana, contra as famílias, especialmente porque, lá frente, isso vai prejudicar as pessoas e até causar câncer, contaminar com câncer.

Ao mesmo tempo, sabendo que o produtor de leite é o maior prejudicado nisso tudo, porque o preço do leite é baixo, muitas vezes querem segurar o preço, querem segurar a inflação com o agricultor, como se o agricultor fosse o culpado.

O que nós temos de fazer é o contrário. Nós precisamos melhorar a capacidade do setor produtivo, com preço para, ao mesmo tempo, não dar prejuízo para quem produz.

Muitas vezes, o agricultor se sente desestimulado, porque uma garrafinha de água vale muito mais do que um litro de leite. Infelizmente, uma garrafa de pinga vale mais do que um litro de leite.

Ao mesmo tempo, a gente fala o seguinte: “Mas a gente está de pés e mãos atados.” Podemos estar de pés e mãos atados, mas nós estamos com a



garganta liberada para poder gritar e espernear, para poder falar, para poder passar isso para a frente.

Então, quero dizer para vocês que é a preocupação que nós temos. Nós conseguimos, na Comissão de Agricultura, quando o Acir ainda era Presidente, com uma antecipação de 30 dias, garantir o preço do leite para o produtor, porque, antes, nem isso tinha. Se algum laticínio, aqui no Estado, estiver praticando o preço do leite, na última hora, 30 dias depois, ele está cometendo uma ilegalidade.

Então, os agricultores aqui presentes, todos vocês fiquem a par da situação: hoje tem mecanismo legal. Todos os laticínios do Brasil são obrigados a comunicar com 30 dias de antecedência o valor, o preço do leite praticado na sua cidade, na sua região, com o fornecedor do leite que está fazendo isso.

Isso já foi um ganho que nós tivemos na Comissão da Agricultura do Senado, mas eu acho ainda tímido para aquilo que temos pela frente.

Então me coloco à disposição para ajudar o setor produtivo. O que for bom para o setor produtivo, com certeza, será bom para todos nós.

Deixo o meu abraço e a minha gratidão a toda a Mesa. Uma boa palestra, que a gente possa debater e tirar muitas opções e soluções para desenvolver ainda mais o Estado de Rondônia.

Um abraço e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cassol, pela sua presença aqui, conosco.

Agradeço a presença do Vanderlei da Silva, chefe do Idaron de Jarú.

Rogério Freire Lopes, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jarú, obrigado pela presença.

Heraldo Bonfim, chefe do Cartório de Imóveis, presente também.

Sr. João Gonçalves, que é proprietário do Grupo Gonçalves, do Estado de Rondônia, presente com a gente. Muito obrigado pela sua presença.

Edson Afonso, Presidente do Sindicato Rural de São Francisco do Guaporé, muito obrigado pela sua presença.

Vereadora Neuza, de Governador Jorge Teixeira.

Agradeço a presença de todos os senhores.

Passo a palavra agora ao nosso Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia, nosso amigo Evandro Padovani.

Muito obrigado pela sua presença, Evandro, aqui conosco. Você tem o tempo necessário para fazer as suas colocações com relação ao crédito agrícola, sobre o que nós temos conversado muito, e também, principalmente, à questão da regularização fundiária aqui no Estado de Rondônia.

O SR. EVANDRO PADOVANI – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar e parabenizar o Senador Acir Gurgacz por esta iniciativa, cumprimentar o Senador Ivo Cassol e a Prefeita Sônia. Quero cumprimentar o



Eduardo José, do MDA, o Flávio, do INCRA, o Lázaro, da Fetagro, o Luís Gomes, da Emater, o Hélio, do Basa, e o Adauto Lacerda, do Banco do Brasil.

Quero dizer aos senhores e senhoras que regulação fundiária é prioridade para a Secretaria de Agricultura, é prioridade para o Governo da cooperação do Estado de Rondônia.

Nós temos avançado muito nessa área, mas foi através das parcerias do Governo do Estado com o Governo Federal, através do Terra Legal, juntamente com o Incra. Precisamos melhorar mais, precisamos de recursos, principalmente recursos federais. O Terra Legal precisa de mais técnicos para atuar e o Incra também precisa de técnicos, recursos.

O Estado está fazendo a contrapartida. Para os senhores terem uma ideia, nós temos, mais de 12 mil propriedades diagnosticadas. Dessas, nós já temos mais de 12,8 mil propriedades georreferenciadas. Nós temos títulos entregues no ano passado e, neste ano, na Secretaria de Agricultura, nós temos uma meta que foi firmada entre o Secretário de Agricultura do Estado, o Governador Confúcio Moura e o Secretário Sérgio Lopes, do MDA, para entregarmos cinco mil títulos aqui em Rondônia.

Poderemos atingir essa meta? Poderemos, sim, desde que cada ente envolvido cumpra a sua parte.

Nós, da Secretaria de Agricultura, estamos com 24 técnicos à disposição dessa parceria e três veículos. Estamos contratando mais quatro técnicos, para colocar à disposição. Agora, precisamos que do nosso parceiro, o Terra Legal, também haja esse comprometimento com o Estado de Rondônia.

Nós precisamos de técnicos. Até conversamos, hoje, sabemos da dificuldade, porque eles vão ter de fazer contratação, mas as informações que me chegam são de que isso vai até o final do ano, e nós temos um compromisso que temos de atender.

A demanda do Estado de Rondônia é grande e a aptidão do Estado é a agricultura, é a pecuária. Mais de 84% das nossas propriedades são de agricultura familiar, abaixo de 240 hectares.

O Senador Ivo Cassol falou muito bem sobre a dificuldade de crédito para o produtor rural. Nós temos uma dificuldade muito grande junto aos nossos bancos. O recurso tem. A culpa não é dos gerentes, mas, sim das normativas que existem.

Eu acho, Senador Gurgacz, que temos de fazer um trabalho com toda a bancada federal, com os Srs. Senadores, com esta Comissão, chamar os Ministros, os superintendentes, o Presidente do Banco do Brasil e do Basa. A gente tem de rever isso, porque a dificuldade do nosso produtor está grande para pegar o crédito.

Estamos às vésperas de uma feira agropecuária, a 2ª Rondônia Rural Show. Estamos fazendo uma feira de tecnologia e pretendemos, nessa feira,



comercializar mais de R\$350 milhões, dando a oportunidade ao pequeno produtor de comprar equipamentos para usar novas tecnologias.

Nós precisamos recuperar nossos solos, precisamos investir em nossa propriedade, e o produtor rural está tendo dificuldade para ter acesso. Por quê? Vem a documentação, esse é o trabalho da regulação fundiária e por isso nós precisamos avançar muito. Agora, precisamos, em conjunto, trabalhar nessas parcerias. O Governo do Estado, o Governo Federal, os bancos têm de estar alinhados.

Nós temos assistência técnica, a Emater, levando novas tecnologias, alavancando a cafeicultura deste Estado, resgatando a produção do café.

O Senador falou da questão do leite. Rondônia é um grande produtor de leite. Nós estamos tentando melhorar a qualidade do nosso leite, aumentar a produtividade, mas para tudo isso o produtor precisa do crédito.

Nós, Senador, o Governo do Estado, estamos trabalhando juntamente com o Incra. Assinamos termo de acordo com o Incra para trabalhar em mil lotes, nos projetos de assentamento de Urupá, Martim Pescador, Bom Princípio e Padre Ezequiel. A equipe já está em campo. É só um processo.

Nem de todos esses mil saem os títulos. São processos. Talvez saiam 400 ou 500, mas estão sendo feitos.

Nós temos também as definições das glebas a serem tituladas: Bom Princípio A, Bom Princípio B, Corumbiara, Terra Firme, Conceição, Rio Branco, Guaporé, Massaco, Novo Destino. Isso totaliza 3.522 processos.

Temos também Costa Marques, São Francisco, Seringueiras, São Miguel, Alta Floresta, Pimenta Bueno, Vilhena, Parecis, Alto Alegre dos Parecis, Novo Horizonte, Nova Brasilândia, Porto Velho, Chupinguaia, Corumbiara e Candeias do Jamari.

O Governo do Estado está pronto, está preparado. A contrapartida dele está garantida. Agora, nós precisamos da parceria, do aumento de recursos federais, do aumento de contratação de técnicos para ajudar o Terra Legal e o Incra.

Gostaríamos muito de sair desta audiência com um compromisso dos agentes financeiros e dos nossos Senadores para que façamos uma reunião em Brasília e discutamos essa questão do crédito. Nós precisamos facilitar o crédito para o homem do campo.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem, Evandro.

Uma pergunta: qual é a meta, Evandro, da regularização fundiária do Governo na área rural, para este ano, que você falou?

O SR. EVANDRO PADOVANI – Cinco mil títulos. A nossa meta, o compromisso da Secretaria de Agricultura, nós queremos cumprir. Agora, eu preciso que meus parceiros do Terra Legal façam a parte deles.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Não é a meta do MDA, então, é a meta do Governo. Não é isso?

O SR. EVANDRO CESAR PADOVANI – Do Governo, juntamente com o MDA, que assumiram o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem. Dando sequência, agradeço a presença do Lima, nosso Prefeito de Theobroma. Muito obrigado pela presença, Prefeito Lima. João Paciência, Vice-Prefeito de Governador Jorge Teixeira. Muito obrigado pela presença também. Vereadora Maria Zelia, de Theobroma, Vereador Tonhão, de Jarú e Amarildo, ex-Deputado Estadual. Muito obrigado por suas presenças.

Passo a palavra ao Lázaro, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia. Muito obrigado pela presença, mais uma vez, sempre presente nesses temas da maior importância para nossa agricultura. Estivemos juntos para debater o Conceleite e conseguimos elevar um pouco o preço do leite no ano passado. É claro que está longe de chegarmos a um ponto ideal para nosso agricultor, mas estamos trabalhando para elevar o preço do leite. Conseguimos aprovar aquele projeto de lei muito bem colocado pelo Senador Ivo Cassol, do qual tive o prazer de ser o Relator no Senado, no qual o comprador do leite tem a obrigação de dar o preço do leite 30 dias antes de ele comprar ou de o produtor entregar o leite. São temas da maior importância e o Lázaro sempre esteve presente, juntamente com a gente.

Com a palavra Lázaro, Presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Rondônia.

O SR. LÁZARO APARECIDO DOBRI – Boa tarde, Senador, quero parabenizá-lo e agradecer por ter trazido esta audiência para o nosso Município.

Quero pedir licença e por intermédio de V. Ex^a e da nossa Prefeita cumprimentar toda Mesa, até para ganhar tempo. Cumprimento o público presente e, em nome do Fábio, Vice-Presidente da Federação e responsável pela parte agrária da nossa Federação, cumprimento todas as lideranças, vereadores e autoridades presentes nesta audiência.

Para discutirmos regularização fundiária em Rondônia, temos que dividir essa discussão e essas ações em duas etapas. Numa primeira etapa, discutirmos os programas de regularização colocados aqui para o Estado de Rondônia, que são Terra Legal, que é o programa da Secretaria de Estado, que são as ações dos órgãos governamentais que pautam essa política aqui no Estado de Rondônia.

Um outro ponto, do outro lado, é discutirmos também a necessidade que há de se discutir a motivação dos conflitos agrários no nosso Estado. Não podemos fazer uma audiência pública para discutir a regulamentação no Estado de Rondônia sem pautarmos esse ponto.



E, por último, como foi colocado, as questões operacionais do que nós já temos de política pública para as propriedades que, na sua maioria, estão regularizadas.

V. Ex^a lembra que quando se trata da questão do leite, o primeiro pedido da nossa Federação para V. Ex^a era votar uma lei federal, porque na Assembleia já tínhamos feito a proposta por várias vezes, votar uma lei que pudesse, não vou dizer obrigar, mas estimular os laticínios a fornecer o preço do leite antecipadamente. Esse foi um pedido feito pessoalmente para V. Ex^a dentro do seu gabinete em Brasília. Quero parabenizá-lo por ter voltado a puxar essa pauta dentro do Congresso, sei que foi V. Ex^a que fez isso. Durante muitos anos de luta no nosso Estado, brigamos muito com relação ao leite, porque entendemos que é a economia básica do nosso Estado e nós não poderíamos, de forma nenhuma, deixar de pautar a ânsia dos nossos produtores e o sofrimento deles. Porém, nós sempre fizemos as mobilizações que nos foram imputadas pela classe que representamos, porém, também apresentamos propostas. Uma delas foi essa, a outra foi a proposta do Conseleite no Estado, que, posteriormente, foi encabeçada pela Assembleia Legislativa do Estado e que agora está no seu terceiro ano de trabalho pela Universidade do Paraná.

Então, são ações que nós, como representantes dos trabalhadores, temos a obrigação de fazer e também vamos, ao longo dos anos, aprendendo a tratar dos assuntos, evoluindo não só em mobilização e cobrança, mas também em proposição e construção.

Com relação à regularização no nosso Estado, nós precisamos entender que os programas que já existem... Eu quero ressaltar aqui que o Senador Ivo Cassol era governador em 2005, e nós apresentamos uma pauta naquela época pedindo para que o Estado tratasse da questão da regularização fundiária. Na época, mais de 63% das propriedades não tinham documento. Já havia essa discussão, mas, a partir daí, foi afunilando cada vez mais o debate até chegar ao ponto de nós, como Federação, sermos convidados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados em Brasília para discutir regularização fundiária na Amazônia e indicados pela Contag para fazer essa representação no debate lá em Brasília.

Aqui, no nosso Estado, há programas com um anseio muito grande de acontecer, porém, em termos de evolução, nós entendemos que é muito pouco. Precisamos separar as políticas de desenvolvimento e de regularização fundiária no Brasil da Amazônia. Se o Governo Federal e os governos estaduais não colocarem essa separação, não tratarem a nossa realidade de forma diferente, nós nunca vamos ter a regularização fundiária de que precisamos.

Nós somamos, como disse o Senador, 84% da população do Brasil que vive da agricultura familiar. Porém, em nosso poder, só há 16%, 17% das áreas ocupadas no País. Esse é outro fator que precisamos discutir em termos de regularização fundiária.



Nós não podemos imaginar que, de 2005 ou de 2002, 2003 para cá, entregamos, no Estado de Rondônia, a quantidade de títulos que foi entregue. É muito pouco ainda, e a disponibilização de recursos para a questão agrária no Brasil é muito pouca. Nós nunca vamos sanar o problema da regularização fundiária sem dinheiro. Nós nunca vamos sanar o problema da reforma agrária sem dinheiro. Não adianta fazer discurso dizendo que o governo vai investir, que o governo estadual e o Governo Federal vão investir tanto, se, na questão da operacionalização dentro dos órgãos, nós não conseguirmos o apoio necessário.

Nós enfrentamos problemas aqui no Estado, onde os agricultores vivem da terra por mais de 20 anos, mas não têm condições de fazer um financiamento e, daqui a uns dias, não vão ter condições, se não conseguirmos legalizar a questão ambiental, nem de vender os seus produtos.

Então, a vontade de que aconteça, às vezes, faz com que desanimemos. Eu não tenho necessidade de ser muito animado com esse ponto de pauta nem em nível de Estado nem em nível de Brasil, porque tenho certeza de que, se as políticas públicas para o campo fossem priorizadas como são priorizadas no meio urbano, não haveria mais ninguém no Brasil passando fome com relação à necessidade de terra.

Essa é uma parte que diz respeito à operacionalização das ações de governo. Nós sempre contribuimos com aquilo que fosse necessário e sempre pedimos que o Governo disponibilizasse cada vez mais recursos nessas áreas. Então, essa é a parte oficial.

Outra parte em que há uma dificuldade muito grande no Estado é a do entendimento do Poder Judiciário do Brasil e do Estado no que se refere ao julgamento de processos com relação às áreas conflituosas. Existem processos em Brasília, há mais de 15 anos, para serem julgados pelo Judiciário, mas as ações não são julgadas, gerando os conflitos agrários nessas áreas. Quem pegou o seu título na forma de TDAs, em 1975, 1976, e não aplicou a lei que aquele título lhe obrigava a aplicar hoje tenta resgatar essa posse no Judiciário, Senador.

Infelizmente, quero dizer claramente que o Judiciário não tem medido esforços para julgar negativamente a permanência desses agricultores nessas terras. E não estou falando de ocupação de áreas produtivas, não. Eu estou falando de ocupação de terras no Estado de Rondônia que, há mais de 15 anos, estão sendo trabalhadas por agricultores familiares. No entanto, em 15 dias sai um despejo e essas famílias estão na rua. Títulos concedidos pelo Governo Federal cujas cláusulas resolutivas não foram cumpridas e agora, simplesmente, tiram essas famílias de lá.

Então, precisa haver um mutirão muito grande em cima do Estado de Rondônia, que é hoje o portal para o crescimento da produção agrícola. Até dez anos atrás, ninguém se preocupava com o valor das terras na região do Cone Sul do Estado, por exemplo. Hoje, não, pois o valor da terra no Cone Sul aumentou



200% nos últimos dez anos, dada a entrada do modelo de produção em larga escala. Isso vai gerar conflito.

Portanto, fazer com que se dissocie a pauta da regularização do Estado de Rondônia para com os outros Estados é necessário justamente por causa da disputa interna no Estado por causa da produção bastante forte. E, por último, as políticas públicas chegam, e os agricultores têm as dificuldades para poder pegar esse recurso. Por exemplo, nós convivemos aqui, agora, com a questão ambiental, que, com a mudança do Código Florestal precisa ser operacionalizada, nós sofremos com a documentação da terra, nós sofremos agora com a operacionalização interna do agente financeiro. Não se dispõe de recursos humanos para dar conta de atender a demanda; não se dispõe de espaço de atendimento específico para a agricultura no Estado. Nós precisamos mudar isso. O agricultor familiar, o agricultor tem de chegar e ter o seu local específico no banco para ser atendido; às vezes, gasta dois dias para chegar à cidade.

Por último, quero pedir a V. Ex^{as} para entrarem em contato em Brasília para resolver o problema da cobrança da cédula rural e da cédula bancária. Após o financiamento – quando se consegue lá na ponta o financiamento –, os bancos estão optando pela cobrança da cédula bancária. Isso é um custo de 1% a 1,5% em cada financiamento, sendo que nós podemos trabalhar em comum acordo com a cédula rural, cuja cobrança feita nos cartórios para registrar esse título de crédito é de R\$150,00.

Então, são n problemas, e quero aqui dizer que nós precisamos fazer um mutirão em níveis nacional e estadual para resolver essa questão. Não adianta a gente ficar achando que vai resolver o problema de conflitos agrários no nosso Estado sem que o Estado realmente se envolva como deveria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Obrigado, Lazinho, pela sua participação conosco.

Agradeço à imprensa, ao *site* O Jaruense, A Notícia Mais e ao Santana, da TV Cidade, que também transmite ao vivo para a cidade de Jaru esta audiência pública. A Rádio Interativa e a Rede TV também transmitem ao vivo para todo o Estado de Rondônia.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Adauto Lacerda de Brito, que é assessor do agronegócio da Superintendência de Varejo e Governo no Banco do Brasil do Estado de Rondônia. Obrigado pela sua presença, Adauto.

Por gentileza, V. S^a tem a palavra para fazer as suas colocações.

E também, respondendo um pouquinho ao nosso Secretário Evandro e ao Lazinho sobre essa questão da dificuldade de ter acesso ao dinheiro do Banco do Brasil pelos nossos agricultores, sabemos que há vários programas e muitas verbas no Banco do Brasil para atender os nossos agricultores. O difícil é ter acesso a essa verba, fazer com que essa verba chegue até o nosso agricultor,



para que ele possa conseguir, com essas verbas, comprar equipamentos, levar tecnologia ao campo, conseguir produzir mais e, com isso, ter uma melhoria na sua qualidade de vida. Agradeço a sua presença.

Com a palavra o Adauto Lacerda.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Boa tarde a todos. Boa tarde a todos da Mesa. Em nome do Senador e da Prefeita Sônia, nossa anfitriã, cumprimento todas as autoridades presentes e todo o público.

O desenvolvimento do Estado se faz por políticas públicas, e o Banco do Brasil é parceiro nessas políticas, porque o Banco do Brasil é um agente financeiro executor das políticas públicas do Governo Federal e do governo do Estado. O Banco do Brasil é pioneiro na questão do crédito agrícola, mas vem encontrando dificuldades na questão da liberação do crédito no Estado de Rondônia por vários motivos. Estamos aqui no bioma da Amazônia, o que dificulta algumas coisas a respeito das leis ambientais. Vários problemas vêm surgindo no dia a dia, como a questão da regularização fundiária. Sabemos que não basta distribuir a terra para o produtor; é preciso dar condições para que ele se fixe na terra, e uma dessas condições é abrir ao agricultor o crédito agrícola.

No ano passado, no Manual de Crédito Rural, foi colocada uma cláusula na DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), o principal documento do pequeno produtor rural, do produtor familiar: para retirar no banco e ter acesso ao crédito, esse documento foi limitado ao assentado, ao posseiro, no valor de R\$10 mil. Ou seja, o agricultor familiar, que não tem documento da sua terra; tem apenas a posse da terra, pode pegar o valor até R\$10 mil, e isso se torna inviável para se elaborar um projeto para o agricultor no campo. Com R\$10 mil, não se monta uma estrutura produtiva adequada. Estamos tendo essa dificuldade para financiar os posseiros.

O próprio Manual de Crédito Rural é contraditório, porque, num determinado trecho da lei, diz que o posseiro, o meeiro, o arrendatário, ele tem direito ao financiamento. Em outra parte, ele limita e cria um empecilho para que se possa atender o pequeno produtor.

Nós sabemos que hoje existem produtores fixados no solo, na sua terra, há mais de 10, 15 anos, e que já estavam até acostumados a operar com o Pronaf. Pegavam no banco o seu crédito, e agora ficaram impedidos: não podem mais obter o custeio ou o investimento do seu setor produtivo, da sua produção.

Ultimamente, também temos outro problema que nos tem assolado, que nos tem impedido de liberar o crédito de uma forma mais fácil ao produtor.

No dia 27 de dezembro de 2012, uma auditoria do Banco Central considerou que os documentos que o Banco do Brasil utilizava para financiar o posseiro não atendiam às especificações descritas no Manual de Crédito Rural; considerou frágil aquele requerimento para o Terra Legal. Então, foi incluído por decisão do Banco Central nos normativos do banco que o posseiro só poderia financiar se tivesse uma autorização do órgão responsável pela regularização



fundiária. Ou seja, o posseiro precisaria ter uma declaração de posse e mais uma autorização para dar em penhor a sua produção ou os bens que tivesse na terra.

Dessa maneira, hoje, o Banco do Brasil não pode mais financiar o posseiro, porque esse tipo de documento, documento de posse, não é mais emitido pelo MDA, nem pelo Incra, e muito menos essa autorização. O Programa Terra Legal prevê...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – O Programa Terra Legal, eu não tenho conhecimento a fundo, mas, pelo que conversei com funcionários do MDA e do Incra, prevê a entrega definitiva dos títulos. Não prevê nenhum outro documento declaratório de posse, e isso dificultou bastante. Então, não estamos mais atendendo.

Outro assunto que nos tem afetado bastante é o registro em cartório. Parece haver um descasamento entre as políticas públicas do Governo para o setor. Por exemplo, as linhas de crédito e os alimentos são de dez anos – linhas de crédito que atendem ao produtor. Então, parece haver um descasamento dessas leis com outras tantas que regem o crédito rural como um todo. São leis que regem particularidades que afetam o crédito rural, como é o caso, por exemplo, do registro em cartório.

A lei do penhor, que fala do registro em cartório, é uma lei de 1967 e limita o penhor dos bens a um prazo máximo de cinco anos, prorrogáveis por mais três. Ou seja: o penhor não pode ultrapassar oito anos, e isso dificulta o acesso do produtor às linhas de crédito. Por exemplo, o Pronaf, que hoje é de dez anos, teríamos que fazê-lo em oito anos porque o penhor só pode ser concedido até oito anos. E há um agravante: a lei do penhor fala em quatro anos prorrogáveis por mais quatro, mas essa prorrogação não se dá de forma automática. O produtor teria que registrar a cédula em cartório e, passados quatro ou cinco anos, retornar ao banco, fazer um aditivo. O banco confeccionaria um aditivo para que o produtor levasse ao cartório e, então, prorrogaria o penhor por mais três ou quatro anos.

Então, vejam como isso dificulta e torna inviável para a instituição financeira fazer o financiamento, confeccionar a cédula com o penhor de quatro anos e, depois desse período, refazer aditivo, correr atrás do produtor, buscá-lo lá na linha e assinar aditivos para averbar no cartório um novo penhor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – Não querendo atrapalhar, mas atrapalhando, Adauto, se o Incra não dá mais a declaração de posseiro, a prefeitura, dando essa declaração de posseiro ao agricultor, o banco aceita essa declaração para o financiamento de até R\$10 mil? Esse valor já é pouco, não se consegue fazer quase nada, está prestes a ser aumentado para R\$20 mil, não sei o valor exato, mas há uma expectativa do próprio Banco do Brasil. Eu conversava sobre isso com o ex-Senador, nosso amigo Osmar Dias, a quem mando um abraço. Ele está em Curitiba nos assistindo, acompanhando esta audiência. Muito obrigado ao Senador Osmar Dias, a quem mando um abraço



pelo aniversário, desejando muita saúde, muita paz e muita vida pública pela frente. Agradeço, mais uma vez, a atenção.

Eu falava com o Osmar, que me dizia que esse crédito de R\$10 mil seria aumentado. Se o Incra não pode mais dar essa declaração de posse, você fica impossibilitado, evidentemente, de fazer o empréstimo. A prefeitura, dando essa declaração, o banco pode aceitar?

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – A normativa do banco diz: “...órgão competente pela regularização fundiária.” Seriam as secretarias estaduais internas etc.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – Ou seja, não pode ser a prefeitura?

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Não inclui a prefeitura, a não ser que ela tenha algum vínculo ou responsabilidade pela regularização fundiária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – Muito bem. Desculpe-me por ter atrapalhado, mas é algo que a população quer saber, e essa questão do empréstimo é importante para os agricultores.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Realmente, para o senhor ter uma ideia, Senador, no primeiro trimestre de 2013, comparando com o primeiro trimestre de 2012, tivemos uma diminuição de R\$15 milhões no Pronaf.

O SR. HÉLIO FRANCISCO GERHARDT – Referentes a empréstimos aos posseiros?

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Exatamente, referente aos Municípios que não têm as regras regularizadas e que o Pronaf praticamente parou.

Eu estava falando aqui, Senador, a respeito do registro m cartório, o penhor. Então, não é viável para o banco registrar a cédula em cartório com penhor de quatro anos, porque, segundo a lei do penhor, ele só vale por quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – Desculpe-me, mas é um tema importante, e se você está nos colocando que houve uma queda de R\$15 milhões de empréstimos, realmente é algo significativo, que reflete na produção agrícola, reflete, inclusive, no preço dos alimentos, que é o grande problema e a grande preocupação hoje do Brasil, ou seja, a inflação relativa aos alimentos.

Se a Emater der uma declaração, seria possível, com essa declaração de que o cidadão é posseiro, nós constituirmos um processo e o produtor ter esse empréstimo?

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Acredito que é possível, mas desde que seja aprovado algo, algum documento do Estado, declarando...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – A Emater é do Estado.



10/05/2013

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Sim, um documento declarando que a Emater tem responsabilidade sobre a regularização porque o normativo diz “...órgão competente pela regularização.” Se a Emater tiver essa competência de contribuir com alguma coisa, se houver algum documento, isso pode nos atender.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – Se houver um convênio, então, do Terra Legal com a Emater, com a Secretaria de governo do Estado. No caso de Rondônia, há esse convênio do Governo do Estado com o Ministério do desenvolvimento Agrário. Então, seria uma declaração do Estado, da Emater para acharmos uma solução para essas pessoas que precisam do empréstimo e não estão conseguindo ter acesso a esse dinheiro que é tão importante para eles.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Essa pergunta que o senhor me faz eu a teria que levar até a área jurídica do banco para consultar. Quando se trata de leis, não sou competente para interpretar. Mas o que eu conheço, o que eu li fala de órgão competente e responsável pela regularização.”

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – Eu fiz essa pergunta e gostaria que o senhor me enviasse para que eu a retransmitisse para a população brasileira. Não é o caso só de Jaru nem só de Rondônia, nem só da Amazônia. É uma preocupação da população brasileira. Os R\$15 milhões a menos, do ano passado para o atrasado, é uma redução do País.

SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Foi só de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – De Rondônia só? Os R\$15 milhões a menos no Estado de Rondônia? É uma cifra bastante grande.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Parece pouco, mas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz PDT – RO) – É muito grande.

SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – ... um projetinho de uma agência aqui, outro dali, R\$50 mil aqui, R\$50 mil ali, então, são cerca de R\$200 mil por dia, que, se multiplicados por um mês, dão alguns milhões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Uma cifra grande, que tem uma interferência direta na produção agrícola do nosso Estado de Rondônia. Aguardo a sua resposta, então, Adauto, para que possamos transmitir à população do Estado e também de todo o País, porque a questão do Ministério do Desenvolvimento Agrário com relação ao Banco do Brasil não é um problema local, é um problema nacional. E queremos dar essa resposta à população brasileira. Pode continuar, por favor.

SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Então, Senador, eu estava colocando a questão do penhor rural. Foi desencavada uma lei de 1967, segundo a qual o penhor é por quatro anos, o que tem dificultado o crédito, porque não é viável para o Banco porque, daqui a quatro anos, o Banco teria que praticamente parar o crédito para rever todas as operações, confeccionar aditivos, correr atrás



do produtor para vir ao Banco assinar e levá-lo ao cartório para pagar novamente e fazer o penhor por mais quatro anos.

Então, não sendo viável para o Banco dessa forma, achamos que o crédito vai parar se tivermos que fazer esse sistema. Então, o Banco do Brasil tem certa resistência à cédula de crédito bancária, mas nós fomos obrigados a optar por essa forma de...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Mas ele pode fazer a cédula para oito anos; ele não tem de fazer de quatro em quatro anos.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – A cédula é feita para oito, mas, com quatro anos, tem que se registrar um aditivo, que é a mesma coisa de se confeccionar uma outra cédula.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sim; mas veja bem: assim, você gera mais um custo para o agricultor, porque ele vai ter que gastar novamente para fazer o seu registro, sendo que o seu empréstimo é para dez anos.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Sim, Senador; mas essa decisão não é do Banco do Brasil. Essa é uma interpretação jurídica dos cartórios. Então, o cartório...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Mas os cartórios estão acima do Banco do Brasil?

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Os cartórios seguem as leis, as normas jurídicas. Então, quando o produtor foi lá registrar a cédula, como era uma cédula com o penhor de oito anos, o cartório não aceitou. Então, está devolvendo as cédulas ao Banco do Brasil, porque as cédulas com penhor de oito anos eles não aceitam.

A solução que o cartório deu ao Banco do Brasil foi fazer a cédula com oito anos, mas com penhor de quatro e, aí, depois de quatro anos, o Banco do Brasil confecciona o aditivo. Então, o produtor leva ao cartório para fazer o aditivo do penhor com mais quatro anos.

Como isso dificulta, nós autorizamos as agências a fazerem cédula de crédito bancária, porque, assim, muda-se a forma de garantia. A forma passa a ser alienação fiduciária. Ocorre que, com menos de uma semana que estávamos fazendo alienação fiduciária, algumas cédulas foram devolvidas, inclusive aqui, pelo Cartório de Jarú, que interpretou que não se pode fazer alienação fiduciária de semoventes, ou seja, do gado, de bovinos. E não se pode fazer porque não se trata de um bem que se possa identificar, porque é um bem de comercialização, de consumo. Assim, estamos aí com mais esse problema.

O que eu acho é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Para concluir, então.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – O que eu analisei é que está havendo um descasamento entre as linhas de crédito do Governo Federal e



as leis que regem algumas particularidades do crédito como um todo, como, por exemplo, a Lei do Penhor, que é só de quatro anos e que poderia ser de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Teria de ser.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Ou a alienação fiduciária, que poderia atingir também os animais. Alguma coisa poderia ser feita nesse sentido.

Então, eu peço aos senhores aqui presentes, aos colegas e autoridades, que levem consigo esse anseio da população e esse problema que as instituições financeiras enfrentam hoje, em particular o Banco do Brasil, para resolvermos esse problema de fato, tanto esse dos cartórios quanto esse da declaração de posse.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Adauto, pela sua contribuição.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Muito obrigado.

Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Na sequência, antes de ouvirmos o Deputado Anselmo de Jesus, que acaba de chegar – e agradeço ao Anselmo pela sua presença –, vamos ouvir o nosso amigo Hélio Francisco Gerhardt, Gerente-Geral do Banco da Amazônia.

Muito obrigado, Hélio, pela sua presença. É um grande prazer recebê-lo.

Está lá em Porto Velho agora?

O SR. HÉLIO FRANCISCO GERHARDT – Não, estou em Jaru agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Morando em Jaru agora?

O SR. HÉLIO FRANCISCO GERHARDT – Sim, em Jaru.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Que maravilha! Era de Ji-Paraná e agora está aqui em Jaru.

Muito obrigado pela sua presença aqui conosco.

O SR. HÉLIO FRANCISCO GERHARDT – Muito obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Acir, parabenizando-o pela iniciativa desta audiência pública. Cumprimento a Prefeita Sônia e os demais integrantes da mesa.

Senhores e senhoras, o Banco da Amazônia passa pelos mesmos problemas que já foram aqui levantados pelo Sr. Adauto, que descreveu muito bem a situação. Nós temos procurado atender a agricultura familiar dentro do que nos possibilitam os normativos, a legislação. Temos avançado até bastante nesse sentido. Contudo, temos uma preocupação com relação a essa informação que o Sr. Adauto deu, ou seja, de que houve o embargo, por meio de uma auditoria do Banco Central, que limita o atendimento ao agricultor familiar classificado como posseiro.



Nós ainda vínhamos atendendo a esse produtor de uma forma mais acentuada. Ocorre que, com essa informação, é bem possível que nós também tenhamos de interromper esse atendimento ou, pelo menos, diminuir na quantidade e na qualidade.

Nós temos conseguido aplicar, aqui em Rondônia, uma média de 100 a 120 milhões todo ano, mas, se levarmos em consideração que muitos Municípios, diferente da microbacia do Jaru, que, graças a Deus, está bem servida com relação à situação fundiária, nós temos regiões em que 60% a 70% dos produtores ainda não têm documentos de propriedade. Com certeza, essas regiões vão passar também a sofrer um desfalque no atendimento.

Nós temos recebido essas reclamações da Fetag com relação à formalização do contrato através de cédula de crédito bancário. Até entendemos a preocupação com relação ao custo elevado que tem o registro dessa cédula. O assunto foi encaminhado à diretoria do banco, que prometeu uma resposta, talvez, na próxima semana. Mas, também aí nós vamos enroscar. De repente, a diretoria vá abrir mão, voltar a utilizar a cédula pignoratícia, mas vamos enroscar nessas situações que foram levantadas pelo Adauto, do registro do penhor. Então, eu acho que é um assunto que tem que ser debatido, realmente, com relação às garantias dos financiamentos, encontrar outras formas de garantir o crédito, sem onerar tanto o miniprodutor rural.

No mais, eu acho que o Adauto expôs a situação dos bancos. Posso até lhes dizer que o Banco da Amazônia está à disposição. Estamos sempre atendendo o produtor rural dentro das suas necessidades.

Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Hélio, pela sua presença conosco.

Quanto a essa questão do penhor, nós temos que achar uma solução rápida. Nós não podemos esperar que o Congresso o faça, através de lei, porque há uma demora muito grande. Existe um projeto, de minha autoria, que altera o art. 1.439 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, que diz o seguinte:

O penhor agrícola e o penhor pecuário somente podem ser convenccionados, respectivamente, pelos prazos máximos de três, prorrogáveis uma só vez até o limite de igual prazo.

Embora vencidos os prazos, permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem.

A prorrogação deve ser averbada à margem do registro respectivo, mediante requerimento do credor e do devedor. O prazo do penhor rural será equivalente ao da operação de crédito.

Quando o prazo do penhor rural é equivalente ao empréstimo, fica resolvida essa questão.



Esse projeto, de minha autoria, está tramitando no Senado Federal. Foi aprovado na Comissão de Agricultura, onde o Senador Blairo Maggi o relatou. Foi aprovado na Comissão de Agricultura e, hoje, está na Comissão de Constituição e Justiça, que tem como Relator o Senador Randolfe.

Eu faço um apelo ao Senador Randolfe para que coloque em votação esse projeto, que está com S. Ex^a desde 2012. Peço que coloque para votar, porque é da maior importância para os agricultores do Brasil inteiro. É um projeto importantíssimo.

Mas, enquanto não se aprova, nós temos que achar uma alternativa. Fica o nosso pedido ao Banco do Brasil, ao Ministério da Fazenda, para que possamos achar uma alternativa e dar o crédito com maior facilidade aos nossos agricultores.

Agradeço a presença do nosso Deputado Anselmo de Jesus, que esteve, até poucos dias atrás, à frente da Secretaria de Agricultura do Estado, onde fez um excelente trabalho. Tivemos várias audiências públicas. Iniciou o Rondônia Rural Show, que é um sucesso para a agricultura do Estado. Eu entendo que é um divisor de águas, Anselmo, o que aconteceu antes e a partir do Rondônia Rural Show. É um trabalho do nosso Governador, Confúcio Moura, é um trabalho do nosso ex-secretário e atual Deputado Federal Anselmo de Jesus.

Muito obrigado pela presença. Tem a palavra.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Eu que agradeço.

Quero cumprimentar o Senador Acir, ao mesmo tempo, parabenizando-o por esse grande trabalho que tem feito no Senado Federal e também por esses encontros no Estado de Rondônia, onde temos debatido vários temas, que é de uma importância muito grande, principalmente tema como esse, quando se trata da questão da regularização fundiária, quando se trata da questão do crédito. Isso é de uma importância muito grande, até para que possamos buscar nos proteger através de legislações federais.

Em seu nome, quero cumprimentar todas as autoridades da mesa; também quero cumprimentar o nosso presidente da Fetagro e cumprimentar todos e todas as presentes, dizendo da alegria de poder estar aqui hoje. Peço desculpa pelo atraso, porque estávamos lá em Alto Paraíso; mas ainda chegamos no tempo.

Talvez eu esteja repetindo, mas acho que essa lei do Terra Legal veio no momento certo, vindo flexibilizar, buscar condicionantes para que pudéssemos avançar na questão da regularização fundiária. É claro que talvez um pouco açodado; de certa forma, eu não concordei num primeiro momento, em que você tirava essa estrutura do Incra e, ao mesmo tempo, também não criava uma nova estrutura, e aí nós ficamos emperrados por um bom tempo. Depois, criamos toda uma condição de levantamento de cadastro, que também não surtiu muito efeito. Lembro-me de que, na época, os 17 milhões que vinham ao Estado nós



ficamos um tempão meio que sem fazer muita coisa. Depois que chegamos lá, praticamente entramos com a cara e a coragem; fomos criando condições para que pudéssemos achar o caminho de fato para fazer essa regularização fundiária.

Foi muito difícil aquele primeiro momento na secretaria, porque não tivemos nem esse caminho percorrido ainda para dizer que se fizesse por um lado ou por outro. E fomos criando aquelas condições. Num primeiro momento, começamos a amontoar peças no Terra Legal; num segundo momento, colocamos servidores nossos lá; depois, começou a ficar na Procuradoria em Brasília; num outro momento, fizemos com que esses procuradores viessem a Rondônia. E fomos buscando e criando essas condições. Hoje o Estado já tem essa condição, junto com o Terra Legal e o Incra.

Nós ficávamos um pouco angustiados porque, diante do que fizemos, parecia muito, quando se levava isso a um contexto regional; só que quando se ia perceber no Estado era muito pouco ainda diante da demanda que temos de regularização para ser feita no Estado. E aí, quando voltei a assumir o mandato de Deputado, abrimos novamente esse debate lá com o nosso secretário, e lá ele dizia que Rondônia representava 48% das terras regularizadas da Amazônia no Terra Legal. E eu estava assim angustiado, porque para mim aquilo representava quase nada ainda. Isso para dizer que ainda temos um caminho longo a percorrer, para que possamos realmente chegar a um dia para dizer que temos as nossas propriedades todas regularizadas. E há uma necessidade muito grande de avançarmos nisso.

Isso, de certa forma, vem criando condições muitas vezes até de esbarrar no crédito, de buscar recursos federais de implantação de infraestrutura no Estado. Isso tem judiado demais mesmo da região de Rondônia, principalmente toda Região Norte que enfrenta essa situação.

Nessa questão do crédito, temos algumas situações colocadas que precisam ser observadas. Não quero nem entrar nesse debate de cédula rural, de cédula bancária, porque até então não havia esse negócio de cédula bancária. Não sei por que isso apareceu aí. Quero acreditar que esse trem não tem como ficar. Essa é uma lógica, porque não dá para se pegar hoje um programa, como o Governo Federal tem aí, e que depois passa a ser uma mentira, na verdade, porque quando hoje você já tem que fazer 50 viagens para ir ao banco conseguir esse crédito; depois tem que pagar essa cédula bancária; aí depois vai dizer que é juro de 1%, ou juro de 2%. No fim, isso vai ficar em 10% de juros, e olha lá se ainda paga ainda, se você somar, computando todas as viagens e tudo que faz. Você passa a descaracterizar e desqualificar esse programa do Governo Federal, principalmente a questão do Mais Alimentos.

Inclusive, nesse momento agora, na terça-feira, estaremos instalando uma subcomissão, que estarei presidindo e que terá como relator o Geovano Queiroz, justamente para buscarmos isso. Temos hoje, nessa questão do crédito, os pacotes de serviços que são empurrados goela abaixo para os



produtores. Nós temos seguro empurrado goela abaixo para os nossos produtores; nós temos cédula bancária empurrada goela abaixo. Até então não era cédula bancária. Isso veio de um período para cá. E também não dá para acreditarmos muito nos mecanismos de transparência que dizem o que é, de fato, para cumprimento.

Então, estão chegando as denúncias. Eu, como Deputado, assumimos esse papel, criamos essa subcomissão, que está se instalando a partir de terça-feira, porque, Senador, nós temos de buscar mecanismos, para o bem, desde já, desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – E resolver isso.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – É, porque não dá mais para aceitarmos mais isso. Hoje, o Governo Federal faz os programas bem feitos, mas depois, quando você vai ver, não passam de uma mentira. Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Quer dizer, o Governo faz o investimento, cria o programa, e os bancos acabam ficando com uma parcela maior...

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Desqualifica e descaracteriza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) –....por causa das taxas que existem.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Justamente. E os descaracteriza totalmente. E nesta comissão, nós vamos trabalhar buscando ouvir todos os Estados, principalmente essa Região Norte, que está penando mais neste momento.

E nós queremos que aquilo que realmente for culpa dos bancos, nós vamos, ou na justiça ou de outra forma, buscar isso; aquilo que faltar de alteração de lei, nós vamos ter de fazer. E estou articulando com o Presidente da comissão, que é o Jerônimo, como nós vamos fazer isso.

E queremos ouvir, desde o BNDES, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Emater, os Governos de Estado, até os agricultores e a federação. Até já falei com o Lazineiro que ele vai ser um dos primeiros a ser convocado e que o Chico Padre também vai ser convocado, para realmente buscarmos essa alternativa, porque não podemos perder esta grande oportunidade que temos dos grandes programas.

Nós já imaginamos, nas nossas cabeças, que algum dia, nós iríamos pensar que teríamos um crédito hoje com dois, três anos, de carência, com oito a dez anos para poder pagar, com montante até razoavelmente bom? E estamos perdendo essa grande oportunidade. E os Estados estão perdendo com isso, porque, a partir do momento em que esses créditos deixam de entrar no Estado, perdemos muito.

Eu ando até um pouco revoltado. Podem até sentir que estou meio que desabafando aqui, até porque, Senador, o meu projeto, que eu fiz na feira



tecnológica, foi barrado. E o interessante é que o meu projeto foi desqualificado no Banco da Amazônia, porque quando chegou lá, era de 211 mil, e eles o derrubaram para 150. E do jeito que eles fizeram, eu não conseguia pagar o banco. Eu não conseguia. E falei: “Não, podem cancelar, porque sou um cumpridor da lei e, se pegar o crédito, eu quero pagar. E, se deixar desse jeito, eu não pago.” Então, mandei cancelar o meu projeto.

Eu não me enquadro na agricultura familiar mais. Sou agricultor familiar, mas, em função do meu salário de Secretário e, agora, o de Deputado, eu saio fora. Mesmo assim, percebemos o quanto se está perdendo recurso, em função de determinação.

Nós temos hoje a Emater totalmente preparada para realmente fazer os projetos e dar parecer. E de repente você vai lá, o pessoal faz todos os projetos, e, quando chega ao banco, ele muda tudo e diz o que tem de colocar. Quer dizer, não adianta nada. Nós temos uma Emater gastando quatro, cinco milhões por mês. É um dos Estados que mais gastam dinheiro; é uma das Emater mais forte das Regiões Norte e Nordeste. Mas, no fim, isso acaba ficando descaracterizado no banco, porque, quando chegamos lá, ele diz: “Isso aqui não pode, isso aqui pode, isso aqui não pode.” Quer dizer, então, fica difícil.

Essa subcomissão em que estamos trabalhando lá é justamente para buscar isso, porque o Estado de Rondônia, a Região Norte, principalmente, não aguenta mais essa forma como os bancos têm tratado a questão do crédito rural no Estado de Rondônia.

Esse prejuízo eu quero acreditar que, logo de imediato, a Câmara dos Deputados e o Senado, nós vamos encontrar e, naquilo em que os bancos forem culpados, eles vão ter de responder na justiça; naquilo em que não forem, nós vamos ter de alterar a lei e mudar isso.

Eu acho que essa questão da regularização fundiária, muitas vezes, passa a ser desculpa. E começam “É por aqui; é por ali.” Eu acho que temos de alavancar o Estado de Rondônia – acho não; tenho certeza disso –, porque 48% das regularizações que foram feitas na Amazônia foi Rondônia que fez. Então, considera-se que nós estamos bastante na frente. Mas ainda é muito pouca coisa para aquilo que nós temos de fazer ainda.

Então, eu acho que nós temos, como Deputados Federais, como Senadores, de acelerar. Nós estamos dialogando também – e o nosso companheiro sabe disso – sobre essa questão do novo marco legal, da terra legal, porque nós tínhamos algumas cláusulas que fariam com que, daqui a dez anos, voltaríamos na mesma estaca de hoje. Temos dialogando muito com o Sérgio, que é o nosso Secretário nacional.

E acho que teremos realmente...Eu propus para o Sérgio irmos no nosso núcleo agrário, para que pudéssemos fazer esse debate. Estamos levando ele também na comissão da Amazônia, para fazermos esse debate, até para colocar à disposição dos Deputados e Senadores para a gente poder contribuir



nessa discussão e alavancar isso, porque não podemos perder essa grande oportunidade que o Brasil tem agora de fazer os Estados e as regiões desenvolverem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Anselmo pelas suas colocações e pela sua presença conosco nesta tarde de sexta-feira para debater, aqui de Jarú, a questão da regularização fundiária e do crédito agrícola ao nosso agricultor.

Agradeço a presença do Dr. Sílvio Fernando, Procurador da Câmara Municipal; da Vereadora Cássia da Muleta; do site Portal P1 de Jarú; do Paulo Moreira, pecuarista de Jarú; do Getúlio, nosso empresário de Jarú também; da Vereadora Liliana, de Governador Jorge Teixeira; do Wagner, chefe do Ciretran de Ouro Preto; do Vereador Erasmo Junior, de Theobroma; de Neir de Carvalho; do Vereador Lauro, de Theobroma; de Ivanice, Secretária de Assistência Social de Jarú; de Elias Rezende, Gerente Regional do Sistema Prisional; de Wilson Carvalho, Presidente da Loja Maçônica Estrela da Fraternidade de Jarú.

Também o meu agradecimento à TV e Rádio Senado e à Subsecretaria de Pesquisas e Opinião Pública (Sepop) sempre junto conosco participando das nossas audiências e dos nossos ciclos de palestras e debates. E um agradecimento especial ao nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, que sempre nos apoia e possibilitou a estada de toda a equipe do Senado aqui presente conosco nesta tarde de hoje.

Continuando o nosso debate, eu passo a palavra ao Luiz Gomes Furtado, Secretário Executivo da Emater, para fazer as suas colocações sobre o tema desta tarde.

O SR. LUIZ GOMES FURTADO – Quero cumprimentar o Senador Acir e parabenizá-lo por esta audiência aqui em Jarú; o Deputado Anselmo, ex-Secretário de Agricultura – quero parabenizá-lo, Anselmo, pelo seu trabalho como Deputado –; o Secretário de Agricultura, o Padovani; o Eduardo José, do MDA; a Prefeita de Jarú, a Sônia; o Adauto, do Banco do Brasil; o Hélio, do Basa; meu amigo Flavio, do Incra; Lazinho, da Fetagro; os Vereadores aqui presentes a quem cumprimento em nome de Neir; o público que está assistindo a esta audiência.

Eu acredito que o Estado de Rondônia, a sua estrutura fundiária, é muito bonita e mostra a força, Lazinho, da agricultura familiar. Aqui em Rondônia, 85% das propriedades são de até 100 hectares; 14% são propriedades de 100 a 300 hectares e apenas 4,5% das propriedades são de 300 a 1.000 hectares, Senador Acir, e 1,5% acima de meio hectare. Então, é a estrutura fundiária importante que mostra a pujança, a força da agricultura familiar.

A Emater é um órgão executor da política agrícola do Governo do Estado sob a coordenação da Secretaria de Agricultura. Nós temos hoje, Senador, cerca de 600 técnicos de campo, que lidam diretamente com os produtores rurais, para uma quantidade de propriedades, aqui no Estado, em torno de 1.000. Eu



acredito, Lazinho, que com esses R\$5 milhões que o Estado investe na Emater se poderia inclusive aumentar a quantidade de técnicos, tendo em vista o retorno que a agricultura familiar traz a todos nós do Estado de Rondônia.

Esta é uma audiência sobre regularização fundiária, e a regularização fundiária é um trampolim importante para o crédito rural. A Emater, Senador, tem feito suas atividades, elaborado os projetos nas propriedades possíveis, naquelas propriedades que têm documentação, e realmente, na hora que o produtor acessa o crédito e vai ao cartório, ele tem uma grande decepção, que é a cobrança da cédula bancária. O produtor tem que pagar de 1% a 1,5% por essa cédula bancária. Eu lembro que o Secretário Padovani já mandou ofício para a Diretoria do Basa, em Belém, e a informação que temos é que as diretorias, tanto do Basa como a do Banco do Brasil, podem resolver essa situação da cédula bancária para ser a cédula rural.

A cédula rural garante o pagamento do crédito ao banco. A cédula bancária arrola tudo o que o produtor tem na propriedade, aqueles bens financiados e o que ele tem. O que isso dá aos bancos? Uma segurança maior de receber o crédito que o produtor tomou. Mas a cédula rural garante o pagamento pelo produtor. Não sei por que os bancos – e não é culpa nem do Hélio nem do Adauto – determinaram, a pouco tempo atrás, a cobrança da cédula bancária. É uma grita geral dos produtores, da Fetagro, dos presidentes de sindicatos para se resolver esse problema o quanto antes.

Eu, Lazinho, acho que se o produtor rural tem a posse da sua propriedade – principalmente na agricultura familiar – e a Emater, a Sedan ou até empresas particulares elaborou o CAR daquela propriedade, quando o produtor tem o seu Cadastro Ambiental Rural e ele mora na propriedade, ele não quer sair daquela propriedade; ele quer continuar morando ali. Então, eu acho que com a posse da terra e esse Cadastro Ambiental Rural poderia se garantir àquele produtor o acesso ao crédito. Essa seria uma saída, mas ela depende das políticas nacionais.

O Município que mais tem dificuldade de acesso ao crédito rural hoje em Rondônia chama-se Porto Velho. Nós já tivemos reuniões na Secretaria de Agricultura com os produtores inclusive para acessar o FNO, que é um crédito que está acima dos 240 hectares. Esses produtores não têm acesso a ele porque não têm a posse da terra. Até agora, não encontramos alternativas, mas é preciso que essas alternativas sejam viabilizadas.

Nós estamos, na Emater, a partir de janeiro, Secretário Padovani, lá na Secretaria de Agricultura, nos desdobrando para procurar encaminhar solução para esses problemas, mas não é fácil. Eu espero que depois desta audiência da Comissão de Agricultura do Senado, Deputado Anselmo, com a ilustre presença de V. Ex^a, que a resolução desses problemas sejam encaminhadas e que eles se resolvam o mais rapidamente possível.



Quero agradecer. Estamos à disposição para continuarmos debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado ao nosso amigo Luiz Gomes Furtado pela sua participação.

Passo a palavra agora ao Flávio, Superintendente do Incra do Estado de Rondônia, já agradecendo a sua presença conosco.

O SR. LUIS FLAVIO CARVALHO RIBEIRO – Cumprimento o Senador Acir Gurgacz, o nosso Deputado Anselmo e, em nome deles, toda a Mesa.

Quero falar da importância dessas audiências, que oportunizam não somente aos órgãos, mas também aos nossos parceiros, nossos clientes da reforma agrária discutir para sairmos daqui com algumas pautas.

Cumprimento o Deputado Padre Ton. Tivemos a oportunidade, no mês passado, de discutir os conflitos no campo, através da Comissão Nacional de Conflitos no Campo. Comigo está também, Senador, o nosso chefe de divisão de desenvolvimento, que é o Brito, nosso chefe de divisão fundiária, que é o Eustáquio, a nossa ouvidora estadual, que é a Márcia, e a Maria, que é a nossa coordenadora de assistência técnica.

É muito importante falar, na questão da regularização fundiária, do papel que o Incra vem desempenhando há várias décadas no Estado de Rondônia. Nós assumimos o Incra há aproximadamente um ano. Estamos nos reorganizando, principalmente no quesito de titulação e regularização dos assentamentos do Incra. No ano passado, nós fizemos, e entendemos também que não damos conta de fazer isso sozinhos. É uma tarefa muito grande. Hoje, são mais de 200 assentamentos do INCRA com mais de 46 mil famílias. Grande parte desses assentamentos ainda está por ser regularizada, por ser emancipada e ter a sua titulação. Há alguns anos o Incra não emite o título definitivo. E isso vem causando alguns transtornos, principalmente nas camadas da agricultura familiar.

Quero cumprimentar também o nosso grande parceiro, que é o Terra Legal, que vem, em conjunto com a gente, fazendo ações de regularização. Para isso, nós fizemos termos de cooperação nunca vistos antes aqui em Rondônia e, acredito, em todo o Brasil. Nós colocamos agora, através de um termo de cooperação, a Seagri. A Seagri passa também, desde o começo deste ano e final do ano passado, a fazer vistorias, juntamente com o Incra, para regularizar e titular. Colocamos também todos os técnicos da Ates-Incra e parte da Emater. Nós temos cento e poucos – vai chegar agora a 150 – técnicos em mais de 150 assentamentos do Incra, fazendo assistência técnica paga pelo Incra, pelo órgão. Todos esses técnicos também estão sendo capacitados, orientados e pagos para fazer regularização nos assentamentos do Incra, inclusive para a titulação definitiva das parcelas.



Estamos promovendo agora, por último, termos de cooperação com a Ceplac e secretarias municipais de agricultura, para fazer uma grande alavancada da nossa responsabilidade, do nosso termo de compromisso e da nossa prioridade número um, que é a titulação definitiva dos projetos de assentamento do Incra. Queremos chegar este ano, Senador, a mais de 4 mil documentos de terra, incluindo CCU, CDRU e títulos definitivos.

Fizemos agora, há poucos dias, em Machadinho, um mutirão da reforma agrária, onde atendemos a mais de duas mil pessoas. Abrimos frente em todo o Estado com vistorias, com trabalhos voltados à titulação. Queremos crer que, neste ano... Ainda estamos arrumando as nossas engrenagens com esses quatro mil títulos, mas, a partir do ano que vem, nós estaremos com as condições para titular muito mais.

A dificuldade da titulação definitiva também vem da própria regularização, do tempo em que o Incra ficou sem as vistorias nos assentamentos, o que nos leva agora a regularizar primeiro, a colocar a família adimplente com o Incra, para depois termos a titulação.

Juntamente com a titulação. Deputado Anselmo, nós estamos trabalhando com o CAR – Cadastro Ambiental Rural. Todos os documentos, Senador, do Incra, vão sair com o Cadastro Ambiental Rural. Não vai sair nenhum título definitivo do Incra sem estar regularizado ambientalmente. Nós já temos uma equipe do Incra que foi capacitada pela Sedam e aqui também, em outra grande parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. Nós já temos este ano mais de 700 CAR – Cadastro Ambiental Rural – prontos, para, assim que começarmos a fazer a titulação, entregar junto com os títulos definitivos. Começamos em Machadinho o CAR. Já estamos indo para Buriti. Onde fazemos vistorias estamos também fazendo o Cadastro Ambiental Rural.

Com esse trabalho todo, aliado a isso, nós temos também os créditos próprios do Incra: o fomento, o Créditos de Apoio Mulher, apoio Pronaf, apoio jovem. E agora entramos, definitivamente, com a grande parceria da nossa Presidenta Dilma, que abre para o Incra a habitação com o Programa Minha Casa Minha Vida. O Incra entra, definitivamente, no Programa Minha Casa Minha Vida, o que vai nos proporcionar a criação do chamado “fomentão”, um fomento com valores melhorados, que vai chegar a aproximadamente R\$10 mil por família, o que vai alavancar, vai ajudar o nosso assentado nos primeiros anos de sua vida com a viabilidade econômica disso.

Entendemos também que o nosso papel tem de ser cumprido. É questão de honra para nós do Incra. E aqui eu falo a todos os nossos colegas em mais de cinco unidades de todo o Estado. Que a titulação possa acontecer de forma rápida para que possamos cobrir em pouco tempo a meta que nos foi destinada pelo nosso presidente, que é chegarmos a aproximadamente, nesses dois anos, junto com o Terra Legal, a um total de 20 mil documentos aqui no Estado de Rondônia.



Estamos nos preparando.

Acreditamos que o Banco do Brasil e o Basa possam encurtar conosco essas distâncias de financiamento, para que possamos, cada vez mais rápido, tirar essas amarras. Conclamo o Banco do Brasil e o Basa a participar desses grandes mutirões que nós estamos fazendo para a titulação e para a regularização.

A importância que nós tínhamos antes, quando o Basa e o Banco do Brasil iam diretamente aos assentamentos com os nossos executores e ali fazíamos as reuniões, a coisa era muito mais rápida. Agora, eu acredito que se o Banco do Brasil e o Basa vierem conosco – o Incra, o Terra Legal, a Secretaria de Agricultura e a Emater –, nós caminharemos muito mais e daremos oportunidade a milhares de famílias agricultoras do nosso Estado de ter a sua viabilidade, a sua vida econômica para que elas possam viver de forma mais sustentável.

Nós não podemos também nos esquecer dos conflitos, das dificuldades.

Preparamos este ano várias desapropriações em mais de 47 propriedades rurais. Entendemos que é preciso que o Terra Legal avance conosco nas resoluções dos conflitos inerentes a CATP (Contratos de Alienação de Terras Públicas) e a CPCV (Contrato de Promessa de Compra e Venda), que dificulta a realização dos nossos assentamentos. Mas creio que, com o Terra Legal, o Incra e os nossos parceiros, nós vamos avançar.

Este será um grande ano para o Incra na questão da titulação. E, ano que vem, se Deus quiser, poderemos fazer muito mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Obrigado, Flávio, pelas suas colocações.

Agradeço a presença do Deputado Padre Ton, a quem passo a palavra para fazer as suas colocações. Quero dizer da satisfação em tê-lo em nossa Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. PADRE TON (PT – RO) – Boa tarde a todos.

Início saudando o Senador Acir Gurgacz e parabenizando-o por esta audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado Federal brasileiro.

Quero saudar, em nome da Prefeita Sonia, toda a população de Jaru e dos Municípios aqui presentes. Saudar também, em nome do Presidente da Câmara, todos os vereadores de Jaru e dos Municípios vizinhos aqui presentes. E saudar, em nome do Lazineiro, as lideranças dos movimentos sociais.

Cheguei um pouco atrasado porque estava no Município do Luiz em Nova União, onde tínhamos uma audiência pública na linha 28 sobre educação no campo. Fomos chamados por um vereador, ali havia Deputados Estaduais e eu representava a Câmara Federal, discutindo a possibilidade de uma escola família agrícola naquela comunidade.



Quero dizer que é preocupante. Eu tenho, como Deputado Federal, acompanhado essa pauta da regularização fundiária. Também tenho sido constantemente procurado e, como disse o Flávio, há duas semanas, nós tivemos dois dias de uma força-tarefa coordenada pela Ouvidoria Agrária Nacional. Ali estavam presentes representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, e a gente também convidou representantes dos Poderes Judiciário Estadual e Judiciário Federal, os Ministérios Públicos e a Defensoria. É muito preocupante, porque a não realização da regularização fundiária ou os problemas fundiários do Estado causam a violência, a insegurança e a impunidade.

Eu estive no Pará, esta semana, de quarta a segunda-feira, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara, na região da Transamazônica e de Belo Monte, e é interessante que a colonização daquelas regiões se parece muito com a nossa colonização aqui de Rondônia.

E em Rondônia, Senador Acir Gurgacz, nós temos diferentes movimentos. Nós temos a realidade do Cone Sul, que é a realidade do nosso Secretário, uma região em que o movimento que coordena e lidera é o movimento sindical, com uma presença forte; temos a Fetagro, com inúmeros conflitos agrários e regiões de CATPs (Contratos de Alienação de Terras Públicas) que foram feitos no tempo do nosso Estado como Território. Temos muitas áreas que hoje estão ocupadas por agricultores, e temos ordens de despejo, causando muita insegurança naquela região. Jaru, Ariquemes e Buritis são regiões lideradas por outro movimento, que é a Liga, um movimento mais radical. A falta de regularização gera também essa insegurança. E há áreas, como disse o próprio superintendente do Incra, com assentamentos que ainda não foram emancipados, onde as pessoas estão há mais 10, 15 anos sem emancipação e sem documentação.

Há cerca de 30 dias nós promovemos, na Câmara dos Deputados, os 17 anos do Pronaf, que é o Programa de Apoio à Agricultura Familiar, um programa de financiamento, fora outros programas do Governo. E ali nós ouvimos do próprio Bianchin, que é o Secretário de Agricultura Familiar do MDA, que a Região Norte é uma das regiões do Brasil que estão muito a desejar, que nós temos um grupo grande de agricultores que não consegue acessar programas de crédito, como exemplo o próprio Pronaf. Eu estive nessa audiência pública com agricultores e fiz esse questionamento.

Portanto, a regularização fundiária é urgente. Criou-se o Terra Legal. Mas, em todos os lugares por onde andamos, nós estamos recebendo reclamações de que foi feito o geo, mas até hoje as pessoas não receberam uma resposta. Não receberam uma resposta. Tem a parte que o Estado cuida, e a outra grande parte que é o Governo Federal. E aqui o Flávio esteve presente nesses dois dias e ouviu agricultores de todas as regiões do Estado, de todas as cidades, de Vilhena a Guajará, que reclamavam que não foi feita a vistoria,



peças receberam ordem de despejo. Fica inseguro também o proprietário, gera violência... E, hoje, o próprio Incra se encontra de mãos atadas, porque a responsabilidade maior está com o MDA, com o Terra Legal.

Portanto, após aqueles dois dias de trabalho, estabeleceu-se um prazo de 60 dias para dar uma resposta, porque as pessoas estão cansadas, e essa insegurança pela não regularização gera violência e o que é pior, o êxodo rural. As pessoas vêm para as nossas cidades. Em Rondônia, que a princípio era um Estado para onde as pessoas vieram para trabalhar no campo, temos cidades como Vilhena, onde mais de 90% da população já é urbana.

Hoje fizemos essa discussão em Nova União, que é uma cidade de assentamentos, onde as pessoas estão preocupadas com os agricultores que saem do campo e vão para outras cidades. Eles não estão indo para a zona urbana daquela cidade. E temos outras cidades importantes como Jaru, Cacoal, Rolim de Moura, onde há essa instabilidade, falta de documentação. Não tendo documentação, você não acessa o crédito, não investe. As pessoas acabam vindo para a cidade, e a cidade não consegue comportar todo mundo.

Na Câmara dos Deputados, eu faço parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, um tema que está muito em voga hoje, apesar do fato de termos em nosso Estado poucos problemas em relação a isso, e faço parte da Comissão de Legislações Participativas.

Quero concluir, Senador, dizendo que quero ser um parceiro. Nas nossas andanças, o nosso contato maior é com os agricultores familiares. Vamos juntos pressionar o Governo Federal para resolver o problema, já que o Terra Legal foi criado em 2009. Os cinco anos estão vencendo. Foram dados cinco anos para resolver essa temática, e nós não conseguimos resolver. Precisa apressar para que o nosso Governo Federal dê essa resposta contundente a tanta gente que hoje representa o Estado de Rondônia.

Obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Padre Ton pela sua presença aqui conosco. É um prazer tê-lo em nosso ciclo de palestras e debates na nossa tarde de sexta-feira.

Agradeço também a presença do Deputado Federal Marcos Rogério. É um prazer tê-lo conosco.

Aproveito para passar a palavra para que o Deputado possa fazer as suas colocações. Agradeço mais uma vez a sua presença nesta tarde de hoje também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT – RO) – Muito obrigado.

Quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz, Presidente desta reunião, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de uma vez mais trazer ao Estado de Rondônia debates de grande importância como o que está acontecendo aqui.



Cumprimento o Deputado Padre Ton, o Deputado Anselmo, os colegas Deputados Federais. Quero cumprimentar o Luís Gomes, da nossa Emater e, em seu nome, cumprimentar todos os ematarios aqui presentes.

Ao nosso Secretário Estadual de Agricultura Padovani, que tem feito um trabalho extraordinário, minha saudação bem como à Prefeita da cidade.

Minha saudação aos senhores e às senhoras.

Vejo como é de fundamental importância a presença do Senado Federal na bancada federal do Estado de Rondônia, representada não só pelo Senador Acir, que já vinha fazendo esse círculo de debates em todo o Estado de Rondônia e, hoje, com pelo menos três Deputados Federais aqui presentes. Para reforçar esse debate, Lázinho, acho isso fundamental.

Hoje, o grande desafio de Rondônia, e o Senador tem razão quando aborda essa temática por mais de uma vez, é avançar na regularização fundiária. O homem do campo tem sofrido muito com isso. E falo com muita tranquilidade porque a minha origem é a agricultura. Eu vim de lá, meu pai está na agricultura até hoje, e não há nada que incomode mais o produtor rural do que estar em uma propriedade e não haver a garantia da propriedade, não ter um documento que o credencie como legítimo dono para acessar os instrumentos disponíveis, como linhas de créditos e outros mais.

Esse é um tema recorrente no Estado de Rondônia. O Senador Acir, quando abordou esse assunto em um encontro que tivemos há algum tempo com os vereadores de Jaru – o Vereador Moises e a Vereadora Rose Capelini, que são nossos colegas do PDT –, o fez inclusive com representação lá de Tarilândia: “O nosso grande desafio aqui é a regularização fundiária”.

E é verdade. Esse é o desafio da Grande Jaru, é o desafio da 421, na região do Vale do Jamari, é o grande desafio da 429, por onde andamos recentemente, Prefeita. As autoridades, como estão fazendo hoje aqui, precisam bater nessa tecla. O Terra Legal foi um avanço. É uma proposta interessante, mas é preciso ir além, é preciso dar efetividade a esse programa nas mais diversas regiões desse Estado. Quando o produtor rural ouve falar em Terra Legal deve pensar: que programa legal! Mas é legal quando chega à minha propriedade. É legal quando chega à minha região. Se não chegar, não passa de mais um programa.

Eu reconheço que o Terra Legal tem avançado em algumas regiões, mas aqui, na região da Grande Jaru, pelo menos segundo os contatos que a gente tem de produtores, dos nossos representantes da região, ainda carece de uma ação mais efetiva do Poder Público.

Quero destacar, Senador, mais uma vez, o papel desta Comissão de Agricultura do Senado Federal, o papel de nossos parlamentares – o senhor lá no Senado e lá na Câmara, quando debateram a construção do Novo Código Florestal Brasileiro –, que é fundamental. Foi importante o trabalho que esta Comissão realizou. Hoje temos um código muito melhor, temos um instrumento



que, a despeito dos vetos sofridos, é muito melhor do que a lei que nós tínhamos antes.

Esses debates produzem frutos e frutos bons. O papel exercido por essas Comissões foi fundamental. Assim como nós avançamos lá, nós precisamos avançar agora, na questão da regularização fundiária rural. Daqui a pouco as propriedades vão ter que fazer o Cadastro Ambiental Rural e outras coisas mais. Sem regularização fundiária, o produtor rural vai ficar com um ponto de interrogação o tempo todo na cabeça. Ninguém quer avançar naquilo que é obrigação sem que lhe seja garantido o seu direito, que é ser o legítimo dono, que é ter um título na mão e dizer: olha, eu sou proprietário, eu tenho um título definitivo.

Nós estamos avançando na questão do Código Florestal, que abriu caminhos para a regularização da questão ambiental, mas é preciso que haja avanços efetivos na titulação da terra.

Concluo minha fala, colocando-me também, uma vez mais, à disposição de todos os produtores da região, desta Comissão, das autoridades que estão aqui, ao lado do Senador Acir, do Deputado Ton, do Deputado Anselmo, de toda a nossa Bancada que se dedica a essa área, dos técnicos que estão aqui, ligados à agricultura e ao meio ambiente, para, num esforço conjunto, fazer com que esse tema avance e chegue, realmente, à propriedade de quem mais merece o nosso trabalho.

Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa!

Parabéns pelo sucesso desse trabalho que o Senado vem fazendo além de suas portas!

Este é o grande desafio: fazer com que o Parlamento chegue perto das pessoas e que elas se sintam efetivamente, Sônia, Lúcia, representados por esse trabalho, que é fantástico.

Senador Acir, minha saudação, meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério, por sua presença conosco, ajudando-nos a debater esse tema da regularização fundiária.

Agradeço a presença do Prefeito José Silva, de Nova União.

Muito obrigado pela sua presença conosco, também acompanhando nossa audiência pública.

Passo a palavra ao último debater, Dr. Eduardo José Gansi, representante da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal.

Antes, quero dizer, Eduardo, que na última audiência pública que fizemos lá em Brasília o Presidente do Incra, Dr. Guedes de Guedes, nos disse que esse ano conseguiria colocar à disposição da população 20 mil títulos em função da nova sistemática, da reengenharia e da informatização feita em toda a tramitação.



Eu gostaria de perguntar se esse número continua em pé ou não e qual problema teríamos para alcançar esse número. Na época, nós colocamos, com muita preocupação, para o Presidente do Incra se realmente seria possível no ano de 2013 colocar à disposição 20 mil para regularização fundiária no Estado de Rondônia no ano de 2013. Então, peço ao senhor que nos coloque a posição do programa Terra Legal.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI - Primeiramente, boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Anselmo, a presença do Deputado Padre Ton, Deputado Marcos Rogério. E agradecer o convite para participar desta audiência aqui em Jarú. Agradecer o Senador Acir Gurgacz pelo convite e agradecer essa Mesa aqui, os demais participantes, o Superintendente do Instituto Nacional, a Prefeita e o Secretário de Agricultura do Estado.

Sobre a questão da regularização fundiária, o Terra Legal, criado em 2009, primeiro eu vou fazer um panorama da Amazônia para vocês, como está funcionando a questão da regularização fundiária. Eu queria ter usado um eslaide, mas não foi possível, então posso mostrar com mapas como está a nossa base cartográfica e a questão dos títulos na Amazônia como um todo, e depois focar um pouco mais no Estado. E colocar um pouco, para vocês entenderem, como foi criada a Secretaria Extraordinária de Regulação Fundiária na Amazônia Legal, que trata especificamente da questão fundiária para a Amazônia.

Antes de começar a minha apresentação, eu já vou responder um pouco a pergunta do Senador Acir. A gente colocou como meta este ano – eu vou até passar na apresentação – em princípio, dois mil títulos para o Estado de Rondônia. O Secretário Sérgio, juntamente com o Secretário de Agricultura e o Governador estão se articulando para a gente entregar cinco mil títulos da agricultura familiar do Terra Legal.

Não se pode falar em regulação fundiária juntamente com o Incra, porque o Terra Legal não entra na instância do Incra para titular. O que pode ser feito pelo Incra é contribuir na questão de georreferenciamento. E na forma de cooperação. Isso depende muito de uma articulação na questão de georreferenciamento. O Terra Legal não pode entrar em área de assentamento. Então, que isso fique bem claro.

Se for uma promessa, a gente vai ficar responsável pela titulação dos cinco mil títulos em princípio. E eu vou explicar depois o que a gente vem pensando para conseguir atingir esses cinco mil títulos, porque, em princípio, a nossa capacidade operacional, do escritório regional aqui no Estado, foi estipulada dois mil títulos. Então é um desafio grande, e eu vou entrar em detalhes já, já.

A Secretaria foi criada lá em 2009. Diante das grandes demandas da questão da regulação fundiária na Amazônia e das glebas federais arrecadadas, surgiu a necessidade de criar uma lei específica, que foi a Lei nº 11.952, de criação da Secretaria que trataria especificamente da regulação das glebas públicas federais na Amazônia Legal.



E em princípio, a gente teria onde trabalhar em 59 milhões de hectares na Amazônia nos Estados da Amazônia. Ainda está em discussão se a gente vai exatamente fazer a destinação, a regularização fundiária de Roraima e Amapá. No total são 59 milhões de hectares. É um desafio? É. O que vale isso em números? Cinquenta e nove milhões de hectares são equivalentes ao tamanho da Espanha e Portugal juntos. Aí já vem o tamanho da responsabilidade que a gente tem de regularizar a Amazônia.

Quando foi criado, em 2009, o Terra Legal, a gente imaginava em princípio que seria uma coisa fácil entregar títulos para todos os trabalhadores rurais posseiros da Amazônia.

A questão não é simplesmente chegar, fazer o cadastro e entregar o título. Nesse processo, a partir da Lei nº 11.952, houve uma série (*falha na gravação*) que a gente vem enfrentando, em que são criadas portarias específicas para a regularização.

Então, vem sendo feito, trabalhado passo a passo, e surgiu, junto com o cadastro... A princípio, fazíamos o cadastro. Nós passamos dois anos, praticamente, fazendo cadastro na Amazônia. Mas a gente percebeu que não é simplesmente fazer o cadastro: tem-se de fazer o GEO, tem-se de identificar onde o posseiro está, qual a demarcação da sua área; tem-se de fazer o cadastro atualizado dele, porque, por exemplo, se se faz um cadastro em 2009 e se vai lá agora, corre-se o risco de isso estar desatualizado.

Então, a princípio, fez-se um trabalho maciço de cadastro, e depois se começou a fazer o GEO. E o GEO é o que dá, a princípio, o *start*, o início do processo de titulação. Por quê? É onde se identificam exatamente os confrontantes na identificação do trabalhador lá no campo.

Bem, nesses quatro anos de Terra Legal, foi haver um crescimento significativo no ano passado, em 2012. Se levar em conta os números de 2011 para 2012, o Terra Legal, em entrega de títulos, cresceu 291% na titulação.

Então, esse aprendizado, estamos trazendo dentro do planejamento do Terra Legal. Estamos aplicando os aprendizados que tivemos nesses quatro anos, para fazer a máquina rodar.

Não é simplesmente chegar e falar assim: cidadão, você vai ter o título. Não. Há todo um trabalho por trás.

E como está o GEO, que é o princípio? Se estou falando que vou entregar o título, GEO. Nós já fizemos na Amazônia 18 milhões de hectares de GEO. Então, desses 59 milhões, já fizemos 18 milhões. Isso equivale a 60 mil ocupações na Amazônia. Isso foi até 2012. Se tirarmos os dados de hoje, já estamos em 65 mil parcelas.

Em 2009, acreditávamos que, além dos 69 milhões, haveria 300 mil famílias beneficiadas. A previsão atual são 59 milhões – continua –, 150 mil ocupações e 540 núcleos urbanos em 200 Municípios. Cinquenta e dois milhões de hectares sob domínio da União. Amapá e Roraima equivalem a 6,7 milhões.



Começou uma discussão no Terra Legal, faz uns dois meses mais ou menos. O Secretário Sérgio, juntamente com a equipe, com a Casa Civil e com o nosso Ministro Pepe Vargas, começou uma discussão sobre a questão de destinação massiva de terra, que seria pegar glebas que estão ainda sem muita influência, aplicar uma nova técnica de estudos em cima dela e fazer todo o georreferenciamento do perímetro certinho.

A primeira coisa é fazer a consulta aos órgãos federais para ver se eles têm interesse nessa gleba. É uma discussão que, talvez, para Rondônia não caiba. Por quê? São terras que estão isoladas, são glebas que não têm muito impacto. E esse novo modelo de destinação massiva surgiu por quê? Porque às vezes a gente vai destinar uma área, uma gleba, uma quantidade de parcelas em uma gleba que equivale a 30% da sua totalidade. Vamos supor: Se ela tem 100 mil hectares, os agricultores que estão ali, os posseiros vão usar 30% dela – 30 mil hectares – e o restante são áreas indígenas, pode ser para unidade de conservação, pode ser para outros assentamentos.

Então a ideia seria juntar todos os órgãos e fazer uma mesa de discussão para primeiro ver o interesse desses órgãos pela terra e depois destinar para cada um. Do que sobrar lá onde estão os posseiros, a gente vai fazer a destinação.

Então a gente consulta o órgão, que não se manifesta a tempo, às vezes mais de um se manifesta em interesse e gera uma série de problemas, gargalos para todo o processo, e a gente não consegue fazer a regularização na gleba. Isso vem sendo conversado junto com o Presidente Joaquim Barbosa, do STF, com a Casa Civil, com o próprio Ministro Pepe Vargas. É uma discussão que vem sendo levantada e já está bem avançada.

O que isso ajuda? A primeira coisa é economia de recurso. Por quê? Porque você faz a destinação e vai trabalhar em cima do que realmente existe de posseiro lá nas parcelas. E você não tem que trabalhar na gleba inteira, então ganha tempo. Tudo isso são processos que a gente vem, dentro desses quatro anos, aprendendo para fazer destinação.

Como está estruturado o Terra Legal? Nós temos uma coordenação nacional em Brasília, formada por um Secretário, que é o Sérgio Lopes, e por uma superintendência do INCRA, que é a Shirley. É de forma híbrida que a gente trabalha, mas a cabeça pensante é o Secretário juntamente com o Ministro. Nós temos nove coordenações divididas em todos os Estados da Amazônia e doze escritórios, um em cada Estado e quatro no Estado do Pará.

Instância deliberativa do Terra Legal. Existe um grupo executivo chamado GEI, que são todos os atores (Casa Civil, Ministério das Cidades, Planejamento, Meio Ambiente e Representantes da Sociedade Civil) e também grupos executivos estaduais chamados GEE e grupos de acompanhamentos e controle social que são os GACS, nos Estados que participam de todas as instâncias de governo e da sociedade.



O Secretário, desde o planejamento do ano passado, criou uma forma de trabalhar pensando em agilizar o processo. Como temos ânsia da entrega do título e querendo acelerar o processo, que é natural, todos aqui já comentaram, nós criamos a chamada trilha de regularização e destinação de terras públicas. Seria assim: até o módulo fiscal, criaria uma trilha verde que ficaria sob a responsabilidade da coordenação estadual. Ou seja, seria todo o processo de até um módulo fiscal a coordenação estadual fazer o encaminhamento.

A trilha dois, a coordenação estadual e nacional juntamente com as duas coordenações, Brasília e Estado, que seria fazer de um a quatro módulos, e de quatro módulos acima ficaria em Brasília. Então, o processo iniciaria no Estado e terminaria até um módulo fiscal. O processo iniciaria juntamente com Brasília de um a quatro. A trilha três iniciaria no Estado e terminaria em Brasília, que são acima de quatro módulos fiscais.

Mecanismos de transparência do Terra Legal. O Terra Legal disponibiliza as suas informações através do *site* mda.gov.br/terralegal, onde estão todos os posseiros cadastrados no Terra Legal até hoje, o que está em torno de 105 mil. Sabemos que, às vezes, o nosso cadastro não reflete a realidade, mas está ali e está sendo transparente.

Também temos a ferramenta i3Geo através do *site* mapas.mda.gov.br/i3geo, onde estão todas as parcelas georreferenciadas da Amazônia Legal. Com o CPF, basta o cidadão clicar em cima da parcela e ele terá acesso à informação. Repito: mapas.mda.gov.br/i3geo.

Juntamente com essas ferramentas, estamos desenvolvendo um módulo, um sistema chamado Sigef, que vai agilizar o processo de... A ideia é fazer o GEO, a instrução processual, a titulação e a gestão desses títulos pós-titulação, porque, até então, não fazemos a gestão, não temos um mecanismo de acompanhamento desses títulos pós-titulação. Ainda vamos pensar um modo específico.

Esse sistema Sigef, que já está em fase de teste inclusive, vai ser submetido à planilha ODS, que é do GEO, do perímetro da área, vai ser submetido por um técnico cadastrado no Crea, que vai ter acesso via *token* ao certificado digital, vai submeter esse memorial descritivo *online* e vai ter a sua certificação *online*. Inclusive, vai ter o retorno do que foi submetido, se está sobrepondo alguma área, vai mostrar a situação dos confrontantes. Por quê? Qual o ganho disso? Principalmente, a questão de errar e de evitar conflito, porque, às vezes, o cara faz o perímetro e não fica... Se há algum erro, não há ninguém para questionar. O sistema vai fazer isso automaticamente. Ele submete via *online*, tem o retorno automático do problema e aí vai poder emitir o memorial descritivo pelo sistema. Então, vai agilizar em 1.000% o processo da certificação.

Temos também o Módulo Acervo, que é um módulo de digitalização de documentos antigos, porque, além desses títulos novos, desses processos novos, todo mundo sabe que há os títulos precários antigos, que estão na



responsabilidade do Terra Legal, na Portaria nº 80, para darmos uma resposta para isso. Inclusive, o Ronaldo depois pode dar uma palavra sobre essa situação da Portaria nº 80, sobre como ela está sendo encaminhada no Estado, porque é um problema que foi criado lá atrás e precisamos dar uma solução para isso. Esse Sigef Acervo vai ajudar na questão da digitalização dos títulos antigos. Então, pegamos o memorial descritivo antigo, lançamos no sistema, ele faz a espacialização, e analisamos por sobreposição.

No nosso planejamento, desde o ano passado, vem sendo utilizada uma metodologia de acompanhamento chamada Painel de Gestão à Vista – Ciclo PDCA, que é uma metodologia que trabalha em ciclos. Então, fazemos ciclos operacionais. A gente tem um painel de gestão à vista para acompanhamento dessas informações. Ele está sendo utilizado, nos ajuda, a todo momento, a mostrar como está o andamento, mês a mês, das informações de Geo, de cadastro, de peça técnica validada, de gleba certificada, de títulos emitidos, mês a mês.

Sobre a regularização urbana, o Ronaldo disse que, na semana passada, esteve um técnico aqui do Município, por exemplo, e ficou aqui uns três dias discutindo a questão da regularização urbana. Como funciona? São áreas que estão consolidadas no Município. O Município vai ao escritório Terra Legal, entra com requerimento e instala um processo para regularização urbana. Isso já foi falado aqui, está bem encaminhada essa parte. Então, está bem clara a questão da regularização urbana.

Desafios que a gente tem aqui, o Terra Legal, que ainda a gente tem que enfrentar para o futuro. Claro, alcançar as metas de 2013 que foram estipuladas, que são os 5 mil títulos, no caso; constituir processos de articulação com órgãos federais e estaduais, para conhecer, destinar e regularizar as terras públicas, ou seja, maior integração entre os convênios, as superintendências do Incra nos Estados; alinhar a regularização fundiária e ambiental, que é um processo que está sendo construído também em Brasília, pelo Secretário Sérgio; construir um novo marco legal para a regularização fundiária; viabilizar a padronização dos procedimentos relativos às glebas públicas federais com os cartórios de registro de imóveis.

Todo mundo sabe que quem tem um título tem que registrar no cartório, e a única coisa que garante, além do título, o direito dele de posse é junto ao registro do cartório. A ideia que está sendo estudada para Rondônia é que se faça uma coisa já integrada – entregar o título junto com a escritura. É uma coisa que está sendo estudada, articulada, juntamente com os cartórios aqui em Rondônia, para ser feita uma coisa integrada.

Consolidar o sistema de gestão, que é o SGF; consolidar a nossa metodologia e planejamento, como um instrumento de planejamento, o Ciclo PDCA; alinhar os convênios estaduais com a regularização fundiária; contratar e capacitar novos servidores. Essa questão dos novos servidores é um problema



que, para atingirmos esses 5 mil títulos, uma das exigências para a titulação seria a questão da mão de obra, e não é a mão de obra simplesmente por ter gente, é gente qualificada, que entenda do processo.

Então, foi autorizado o processo do nosso concurso temporário. Já está autorizado, já estão contratando a empresa para fazer o concurso temporário, e ele prevê uma quantidade de funcionários, de servidores para cada Estado que está envolvido no Terra Legal. Temos que capacitar esses servidores, então não vai ser um processo simples. Talvez, até o final do ano, a gente não esteja com eles trabalhando ainda.

A gente precisa, além de dar estrutura para esses servidores, reformar os escritórios, modernizar os escritórios. Então, isso é uma coisa que já vem sendo feita. No ano passado, nós compramos computadores novos para todas as sedes. Então, é uma coisa que já está andando. Também está sendo construído um projeto de cooperação bilateral entre Brasil e Alemanha, que é através da GIZ. Então, isso vai nos ajudar a qualificar o nosso trabalho de forma correta para acelerar o processo. Também está sendo feito um estudo para talvez utilizarmos a questão da imagem para auxiliar na análise do georreferenciamento para definição de glebas. Então, são desafios que vêm sendo colocados e os temos enfrentado nesses quatro anos de Terra Legal.

Quanto ao Estado de Rondônia, vou fazer um breve resumo aqui de como estão os números do Terra Legal em Rondônia. Segundo informações de sistemas, nós temos 102 glebas federais. Dessas 102 glebas federais, nós temos 28 certificadas, lembrando que a gente só pode trabalhar em gleba certificada. Dessas 28 certificadas, apenas para 14 podemos dar títulos, são aptas à titulação. Então, não adianta falar de aumentar servidor se não priorizamos o Geo para fazer a certificação: perímetro de gleba, levar no cartório... Então, não é somente o nosso esforço, depende também dos outros atores: cartório, certificação em cartório da gleba, medição, contrato de Geo.

Nós temos um pregão que está saindo ainda este ano. A gente vai tentar... Já está licitando, inclusive. Tem uma parte que vai ajudar a região, Rondônia. Tem uma parte que... Eu não me recordo aqui qual... É contratado por quilômetro, então, não me recordo aqui; não sei se são cinco ou dez mil quilômetros para Rondônia.

Em 2012, em Rondônia foram entregues medidas 34.977 parcelas já referenciadas. E este ano já foram... Espera. Desculpa. Não, esse é o total do Terra Legal. Rondônia foi um Estado que mais teve parcela referenciada, 8.092, em 2012. Fechou o ano com 8.092, o ano passado. Isso é o que reflete o nosso sistema. O que foi colocado no sistema pelos técnicos foram 8.092 parcelas. E este ano ainda não avançamos na questão do Geo aqui, por conta do pregão. Vai entrar o pregão e vai avançar.

O Terra Legal...



10/05/2013

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Só para colocar, desculpe, já atrapalhando, Eduardo, mas o secretário me informa que já foi colocado no sistema, pelo Estado, o georreferenciamento de 14 mil propriedades, que dá uma diferença muito grande de oito para 14...

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Mas é do convênio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É do convênio. É o total.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Pois é. O convênio ainda não entrou na nossa base.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É 14 mais oito ou é oito dentro de 14?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Pois é, se esse número do convênio entrar na nossa base, vai ser somado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É 14 mais oito. Seriam 22?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Isso. Eu tenho que ver se esse... Porque essa aqui é a nossa base nacional do Terra Legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – E o grande problema é o georreferenciamento, não é? É a grande dificuldade do momento, não é isso?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – É.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Aí é que está o mais difícil para se fazer.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Tem que ir *in loco*, medir área, levar equipamento e tudo o mais.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – É o princípio da regularização.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – E o mais difícil?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – O mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Então, se o Estado já fez 14 mil e o Terra Legal diretamente 8.092, então são 22 mil famílias que já estão georreferenciadas com as suas áreas.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Isso. Lembrando também que se a gente pegar o Município de Jarú, a gente não pode trabalhar nele, a não ser que tenha uma parceria com o Incra para fazer georreferenciamento. Por quê? Ele é praticamente todo assentamento. Praticamente 100% do Município é assentamento, tirando as áreas urbanas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Tem uma explicação? Por que o Terra Legal não pode atuar em assentamentos?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Porque a Lei nº 11.952 diz que a gente não pode atuar em área que é de assentamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Por quê?



O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Somente remanescente de terra pública federal. Foi um acordo feito e a gente não pode entrar dentro da área do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O assentamento é responsabilidade do Incra e terra da União que não foi assentamento...

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – É terra legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É terra legal.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Justamente. Esse é o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – E o que não é assentamento, de que forma as pessoas entraram na terra?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – O que não é assentamento?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – É o Terra Legal, que vai fazer.

É por isso que eu digo que tirando o Município de Jarú, nos demais Municípios vai ter Terra Legal do... vai ter gleba pública federal arrecadada para a gente trabalhar, o que vai depender é se a gleba já vai estar georreferenciada ou não, entendeu? Se a gleba estiver georreferenciada, o perímetro da gleba, se ela estiver certificada no cartório... Por quê? O que faz a gente poder dar a titulação também, dar o título, é que esteja o mapa da gleba lá no cartório, reconhecido, onde está escrito folha tal número tal; é quando o agricultor vai lá e fala assim: "Eu vim aqui registrar meu título". E ele vai ter a escritura na mão. É o que garante para ele. Sem isso, a gente também não pode titular.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. /PDT – RO) – Não, é porque, se não foi feito o assentamento, se o cidadão não entrou na área por assentamento, de que forma ele entrou na área? Essa era a pergunta. É invasão? É compra da área?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Tem todas as formas. Ele pode ter comprado de boa-fé e entrou na área.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Rondônia é um grande assentamento, na verdade, não é?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É uma grande reforma agrária.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – No nosso Estado foi feito um mapeamento e o Governo trouxe as famílias para Rondônia, para um grande assentamento, para uma grande reforma agrária em todo o Estado de Rondônia.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Pois é. O que não é reconhecido pelo Incra como assentamento, na base cartográfica, nós podemos trabalhar. E



entram títulos novos e Portaria 80. A Portaria 80 são os títulos antigos, precários, que estão na nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Eles são frutos de assentamentos antigos que têm título precário.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Aí explica porque...

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – O título precário é falarmos da Portaria 80: é falarmos se ele cumpriu o que está nas cláusulas atrás do título, se ele cumpriu o que está lá atrás. Se ele cumpriu, está o.k., é direito dele; se ele não cumpriu, temos de instaurar um processo de retomada, porque até então não temos alguma coisa definida nesse sentido também.

O Ronaldo, o nosso coordenador estadual, pode falar sobre isso. Inclusive, ele já está encaminhando a questão desses títulos antigos para Brasília, porque é uma decisão que tem de ser tomada lá. Inclusive, na reunião da Ouvidoria Agrária, ele já falou, já explicou que os títulos foram encaminhados para Brasília, os processos, e estão lá para o Secretário tomar a decisão. E as famílias que estão em cima, primeiro, têm de esperar essa decisão do que vai ser feito com aquele título, para fazer o encaminhamento: se é retomada ou é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É para aqueles que não cumpriram as metas? Seria isso?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Para aqueles que não cumpriram as cláusulas resolutivas. Hoje em dia, quando entregamos um título, tem cláusula resolutiva que ele tem de cumprir durante dez anos. Daqui a dez anos, vamos ver também se ele cumpriu aquelas cláusulas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Antigamente, uma das cláusulas que tinha de se cumprir era o desmatamento de 50%. Essa era uma das cláusulas que tinha de ser cumprida.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Que hoje é crime.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Que hoje é crime. Veja só que contra-senso que a lei nos coloca perante a sociedade, perante o Brasil, na verdade. Eis a situação de Rondônia.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Sobre a questão de título, em 2013, nós entregamos, somando a Portaria 80, de títulos urbanos, e títulos da Portaria 23, 2.694. Esses 2.694, por incrível que pareça, deram um aumento, em 2012, de 260% na titulação do Terra Legal. Isso ainda é muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Duzentos e...

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Duzentos e sessenta por cento. Isso ainda é muito pouco, porque, se você comparar os anos, esse aqui é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Vamos ver se a câmara aproxima para vermos a evolução.



O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Não é que foi muito título agora. É que, no passado, foi muito pouco, quase insignificante.

Quando começou, em 2009, nós emitimos 251; em 2010, 277; em 2011, 698; e, em 2012, 2.964. Então, houve um crescimento significativo e a tendência é que aumentemos este ano e, para isso, nós nos preparamos fazendo o nosso planejamento em cima de ciclos operacionais, que é trabalhar uma gleba específica do começo ao fim.

Pega-se uma gleba certificada, vê o que tem de GEO, vê o que tem de cadastro, o que falta de cadastro, trabalha ela toda, faz a titulação, indefere o que tem de ser indeferido e encaminha os processos; isso dentro de um ciclo de três, quatro meses.

Para agilizar o processo, isso para cada gleba, É um planejamento que fizemos para este e que acho irá contribuir para atingirmos esses cinco mil títulos.

Títulos urbanos: tivemos, em 2012, 152; de Rondônia, 14. Dos 2.694 títulos emitidos em 2012, 1.143 foram de Rondônia. Então, nesse Estado emitiu-se muito mais que o dobro de títulos do QUE segundo colocado. Então, é o Estado em que está andando o processo de regularização...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Lento, lento, lento...

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Mas é Estado em que está mais andando.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Imagine os demais Estados!

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Agradeço a oportunidade de apresentar um pouco dos números do Terra Legal, apesar dos desafios que a gente tem. Agradeço ao Senador Acir. Estamos aqui para esclarecer as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Eduardo, pela sua participação.

Mas eu tenho de colocar o seguinte: nós temos acompanhado todo o andamento da questão da regularização fundiária nos últimos anos na Amazônia Legal, através do Programa Terra Legal. Infelizmente, nós temos de dizer que avançamos muito pouco. Nós temos um caminho longo pela frente e precisamos do apoio da equipe técnica do Ministério, para que a gente possa avançar no sentido de cumprir as metas colocadas pelo Ministro Pepe Vargas e as anteriormente colocadas pelo Ministro Afonso Florense.

Debatemos por várias vezes, e as metas de regularização fundiária já deveriam ter sido atingidas em sua quase totalidade no Estado de Rondônia. Eduardo, vamos continuar acompanhando. Na próxima semana, se o Senador Ivo Cassol, concordar, vamos convidar o Ministro Pepe Vargas para conversarmos mais amiúde sobre essa questão, porque eu não eu vendo...



Vamos também convidar o Presidente do Incra, o Guedes, para que possamos avançar. Ora é um número, ora é outro número, e nós chegamos a mil e poucos títulos em Rondônia neste ano, com expectativa de cinco mil. Com muito esforço, ao final do ano, se houver muito esforço, chegaremos ao número de cinco mil títulos entregues no Estado de Rondônia.

Nós temos de reconhecer, é claro, o trabalho do Programa Terra Legal, o trabalho dos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o trabalho dos técnicos do Incra, tanto do Incra nacional quanto do Incra estadual, aqui representado pelo Flávio, mas entendemos nós precisamos avançar um pouco mais. Estamos falando de 14 mil áreas georreferenciadas pelo Governo do Estado, e de mais 8 mil áreas georreferenciadas pelo Terra Legal, creio, não só no Estado de Rondônia, mas em toda a Amazônia. Ou é só no Estado de Rondônia?

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Só em Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Então, são 22 mil áreas. De 22 mil para 5 mil como expectativa há uma diferença muito grande.

Então, vamos conversar com o Ministério. Tenham a certeza de que nós queremos colaborar. Nós não queremos ser uma pedra no caminho do Ministério nem do Incra; queremos ser apoiadores, tanto eu, que tenho prazer de estar na Vice-Presidência desta Comissão, como os demais integrantes, como é o caso do Senador Ivo Cassol e do Senador Raupp. O Senador Blairo Maggi também faz parte da nossa Comissão, assim como a Senadora Ana Amélia, que é uma defensora da regularização fundiária e tem nos acompanhado muito nas questões desse tema no Senado, especialmente na nossa Comissão de Agricultura e de Reforma Agrária.

Nós temos duas pessoas que foram convidadas por nós para fazer os questionamentos: o Sr. Edson Afonso e o Sr. Clarindo Aparecido. Eu convido o Sr. Clarindo Aparecido de Andrade, representante do acampamento Nova Canaã, de Vilhena. Ele já enviou as perguntas por escrito, Eduardo, que você leu, mas eu faço questão que o Sr. Clarindo possa falar sobre o que acontece lá no acampamento.

Sr. Clarindo, por favor.

O SR. CLARINDO APARECIDO DE ANDRADE – Boa tarde a todos, principalmente o Senador, com a Bancada completa. A pergunta é muito simples. Até a gente não ia perguntar, mas como houve, ao longo da palestra, pronúncia, a gente se interessou, porque a gente já vem há nove anos se arrastando. Fomos reintegrados de uma área improdutiva e, ao longo dali, não ocupamos mais, cumprindo, velando pela lei, já assinada ao longo de muito tempo. E quando chega agora, no início, trocou de Incra para Terra Legal, o Terra Legal já vai completar cinco anos, então é uma situação preocupante. Fomos reintegrados, estamos lutando para evitar uma possível invasão, porque quem incentiva a invasão não são propriamente os sem-terra, são os interesses políticos; os interesses políticos é que incentivam a invasão, e isso aí dá um prejuízo muito



grande nos acampamentos, quando a gente segura de um lado e alguém influencia do outro, e o povo fica naquela dúvida. E a pergunta é esta. O Incra hoje não pode fazer porque o Terra Legal não despacha, não passa para ele. Então a gente fica na dúvida, e esses nove anos que ocorreram para trás, que não tinha Terra Legal, também se arrastava esse problema, e agora já entrou esse confronto do Terra Legal, que não despacha. Então, é isso que traz um problema constrangedor para a gente, porque como vai ficar? O Terra Legal só vai titular quem está ocupando a terra. E nós, que estamos fora da terra, cumprindo com a lei de não invadir? Essa é a pergunta que a gente quer que seja disponível, para a gente levar para alguém do acampamento essa posição. Então, é só essa a pergunta. Eu agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Clarindo Aparecido de Andrade, representante do Acampamento Nova Canaã, de Vilhena. Peço para o Eduardo fazer as colocações sobre as perguntas, inclusive as que foram feitas por escrito, para que possa dar respostas. Depois, vamos nos reunir com eles para que possamos debater o assunto, mais de perto, com os representantes de Nova Canaã, em Vilhena.

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Primeiramente, agradeço ao Sr. Clarindo. Deixe-me entender uma coisa. O senhor não está assentado, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – CATP.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Está bem. Primeiro, eu tenho que dar uma olhada aqui como está a base cartográfica desse assentamento, porque tenho que analisar se é a Portaria 80, para a gente ver o que faz com esse título antigo, se a gente faz processo de retomada e destina ou se a gente... *(Falha na gravação.)*... local, não sei como, tem que fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO JOSÉ GANSI – Então, deve ser um desses quarenta e poucos processos. Sr. Clarindo, a gente vai fazer uma reunião depois da audiência para a gente sentar e dar uma discutida nisso aí, porque, se for uma questão específica, eu levo para o Secretário e a gente trata especificamente. Eu até quero entender como o senhor está lá na região, em que condições e, de repente, a gente estuda uma forma de resolver isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Peço ao Eduardo e a sua equipe do Programa Terra Legal para que, depois dessa audiência, nós possamos sentar com os representantes do Acampamento Nova Canaã, de Vilhena, para podermos esclarecer melhor, pessoalmente, diretamente, essa colocação que seu Clarindo fez para nós.

Muito obrigado ao Sr. Eduardo.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Se o senhor permitir um minutinho, só para responder a pergunta do Clarindo, eu vejo o



seguinte: o Governo Federal prometeu tanto fazer a reforma agrária, tanto, que, infelizmente, fica buscando cabelo ou qualquer outra coisa parecida em outro lugar que infelizmente é vergonhoso, deixa o conflito agrário, quando poderia indenizar essas pessoas. Tem muito proprietários que querem vender a área para o Incra, para o Governo Federal, querem ser indenizados, querem que o Governo Federal resolva a situação.

Mas o que eles buscam? Uma falha, Sr. Presidente, dentro do título, do documento que o proprietário possui todos esses anos para tomar a propriedade da pessoa, quando indenizar seria muito mais fácil.

Enquanto ficam esperando uma briga judicial por 20 ou 30 anos, resolveria isso no mesmo ano, como eu fiz uma época quando fui governador do Estado de Rondônia. Fui lá, indenizei e regularizei várias situações de conflito que existiam.

Então, o que precisa? É bom debatermos isso em uma audiência pública para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário resolva de uma vez por todas quantos milhões existem à disposição para desapropriar as áreas em conflito. Tem tantos milhões. Já desapropria e assenta as pessoas. Está resolvido o problema. Acaba o confronto agrário e esses assentamentos dessas pessoas que estão aguardando nesses acampamentos. Essa é uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Está certo. Vamos levar esse tema para a próxima audiência que teremos lá em Brasília, quando convidaremos o nosso Ministro Pepe Vargas para esclarecer e nos ajudar nessa questão também.

Temos o Edson Afonso, que é representante da Faperon e da CNA para fazer uma pergunta.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES – Boa tarde a todos. Senador, muito obrigado pelo convite. Quero aqui agradecer esse convite especial a mim, presidente do Sindicato Rural lá do São Francisco do Guaporé, pela temática em relação ao Banco do Brasil estar cancelando os financiamentos para as áreas de posse.

Primeiramente, quero cumprimentar a todos da Mesa, Senador Ivo Cassol, Evandro Padovani, e o representante do governo do Estado, produtor rural também, o Flávio.

Evandro, faço parte do GEI lá em Brasília e discutindo, as coisas realmente estão travadas.

Com relação à regularização fundiária, a todos os produtores aqui presentes, a nossa Senadora Kátia Abreu, tem pedido ao Terra Legal que emita os títulos o mais brevemente possível. E dentro dessa diretriz de emitir os títulos, essas questões, as cláusulas resolutivas podem ser resolvidas depois.

Então, a questão do crédito é o principal motivo do nosso pedido. E também a questão de emitir título para todas as áreas dentro da lei... Até no Estado de Rondônia nós temos hectares que são de 15 módulos.



Mas Senador Ivo Cassol e Senador Acir Gurgacz, gostaria de pedir uma atenção muito especial de vocês em Brasília. E o Evandro Padovani sabe disso em relação também ao governo do Estado e o marco legal que está sendo discutido.

Acredito e faço aqui um pedido a vocês, da bancada federal, que participem dessa discussão. Porque estão em discussão todas as cláusulas resolutivas e isso envolve todo o setor produtivo do Estado de Rondônia. Talvez a maior parte produtiva do Estado de Rondônia vai ficar inadimplente, terá processos em cima disso. Portanto, é importante a participação de vocês como nossos representantes e de nossos produtores rurais.

Senador, agradeço muito ter trazido o tema do Banco do Brasil. Encaminhamos ofício à federação e da federação para a Comissão de Agricultura.

E ao Adauto, eu sou o Edson Afonso, falei com você várias vezes por telefone... Adauto, esse número dos 15 milhões, pode ser agora nos três primeiros meses de 2013. São Francisco, a 429 tem 4% só das terras tituladas.

Nós temos, em São Francisco, 1.143 cadastros no Terra Legal. Ou seja, cadastro de posse. Não estou falando de assentamentos. Fora os assentamentos.

Em São Francisco, tem mais de 120 projetos prontos sendo encaminhados, mas o Banco do Brasil não recebe. Em média de R\$50 mil. Só São Francisco dá R\$6 milhões neste início do ano, que é fora da safra. A nossa safra vai começar agora. Em agosto, setembro e outubro é que temos que ter esse dinheiro disponível.

Faço uma pergunta ao Adauto: existe uma inadimplência maior para a área de posse do que para a área titulada, a área escriturada? Vou fazer todas as perguntas, depois, Senador... Eu perguntarei ao Banco do Brasil realmente se essa inadimplência para a área de posse é maior ou não para se ter esse encaminhamento.

Senador, faço uma pergunta e peço um encaminhamento dessa audiência pública e da bancada federal com relação a essa definição do Banco Central.

O Banco Central que definiu que o Banco do Brasil, emprestando dinheiro para a área de posse, estaria legitimando uma posse ou alguma coisa nesse sentido. Qual é a lei em que o Banco Central se baseou para definir esses critérios de hoje o Banco do Brasil não poder emprestar dinheiro? Eu acredito que isso é uma falta de entendimento. Por quê?

A posse é regida pela Constituição Federal e se nós temos o ato da posse e temos benfeitorias e o próprio bem pode garantir, não vejo motivo. Então, peço o encaminhamento da Bancada Federal, através da Comissão, Senador, para que possa fazer esses encaminhamentos junto ao Bacen, porque acho que esse ato da proibição está lá no Bacen, talvez não seja do Banco do Brasil, do Basa.



Talvez no próximo Plano Safra, de repente, o Banco Central defina isso, porque vai contra as políticas públicas do Governo Federal hoje de movimentar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES – ... o setor produtivo nosso.

Adauto, lá na nossa região existe, no Município de São Francisco, 1,17%, 4% para a região da 429, que é a região mais carente hoje. Então, gostaria que o Banco do Brasil tivesse um encaminhamento juntamente com esta Comissão, o Banco do Brasil, através do Osmar Dias, para se resolver isso o mais rápido possível. O setor produtivo da nossa região não comporta, não suporta essa falta de créditos. Ao Basa quero agradecer, porque continua operando na nossa região. Então, ao Banco da Amazônia nossos agradecimentos, ao Banco do Brasil, que esteve sempre conosco, peço que volte a operar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem, muito obrigado ao nosso amigo da CNA, Edson, que traz aqui suas colocações.

Com relação ao Bacen, vamos encaminhar, já de pronto, na próxima semana. Já temos uma reunião marcada também com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, nosso amigo, colega ex-Senador Osmar Dias, Evandro Padovani vai estar conosco nessa reunião para discutirmos a questão do crédito agrícola no Estado de Rondônia principalmente. Vamos fazer o encaminhamento.

Adauto, por favor. Pode falar.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Respondendo à pergunta do Sr. Edson, é uma pergunta realmente pertinente.

A inadimplência para as áreas de assentamento é similar à inadimplência comum, de qualquer outro produtor. Não percebemos que o assentado paga menos as suas dívidas. Não, está errado se alguém está pensando dessa forma. Nas áreas de assentamento, produtores rurais, de uma forma geral, tanto assentados como não assentados, os que já têm a sua terra, têm uma inadimplência... Ou seja, o que é inadimplência? É a falta de pagamento do recurso que ele pega da instituição financeira. Então, há a inadimplência na mesma proporção, a gente não percebeu nenhum descasamento.

Quanto à outra pergunta que ele me fez, a respeito do que falei de 15 milhões. Falei 15 milhões comparando com o primeiro trimestre de 2012. O que acontece é que o crédito vem crescendo a cada ano. Então, neste ano teríamos que ter um crédito bem maior, talvez incluindo os 6 milhões que você colocou da sua região. Mas, o que tivemos comparado com o primeiro trimestre do ano passado, foi uma diminuição. Acredito que esse número seja muito maior, porque falamos 15 milhões e parece muita coisa, mas 15 milhões divididos por três meses, dão 5 milhões por mês, divididos por 20 dias úteis, serão 250 mil, mais ou menos, que, divididos pelo número de Municípios darão 15 ou 20 mil para cada Município diariamente. Acredito que o número de processos que o banco não aceita seja muito maior por causa dessa...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Mas é uma diminuição de dinheiro que entra no mercado no Estado de Rondônia.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Isso vai refletir lá na produção...

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Reflete na produção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – ... de alimentos mais lá na frente. É uma preocupação grande que temos que ter.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – De produção, a renda do produtor, para o desenvolvimento do Estado, reflete de forma muito aguda mesmo. Percebemos que o produtor passa o ano... O produtor que não pegou o financiamento neste ano para tocar suas atividades, praticamente perdeu o ano. A gente percebe isso na angústia do produtor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Vamos fazer essa reunião lá em Brasília, com o Vice-Presidente da área agrícola do Banco do Brasil para tentarmos retomar e melhorar a questão de empréstimos aos nossos produtores rurais do Estado de Rondônia. É uma necessidade que todos têm e é aquela história: o Banco do Brasil tem muito dinheiro para a agricultura. O difícil é pegar esse dinheiro para investir no agronegócio.

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Eu quero completar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Essa é a dificuldade, não é, Adauto?

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Ele fez mais uma pergunta que quero completar aqui já que eu falei muito rápido. É o seguinte: a auditoria do Banco Central não imprimiu normas para o Banco do Brasil. A auditoria simplesmente colocou que o documento que o Banco do Brasil estava pegando... O Banco do Brasil pegava uma declaração de posse feita pelo próprio produtor. Ele mesmo fazia a declaração, dois vizinhos assinavam testemunhando que ele morava na área, e a gente aceitava esse documento. Então, a auditoria do Banco Central considerou que os documentos que o Banco do Brasil estava pegando na questão da posse não atendiam ao CRM, não atendiam às normas do crédito rural, ou seja, a ligação do posseiro com a terra, e quem deveria dar esse documento seria um órgão público responsável pelos assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem.

Na verdade, a burocracia do Banco do Brasil e do Basa é realmente bastante grande. Nós precisamos achar uma forma de...

O SR. ADAUTO LACERDA DE BRITO – Nós recorremos. Nós recorremos às nossas diretorias via MDA também. Solicitamos ao MDA ajuda para nos apoiar para ver se o Manual de Crédito Rural tirava aquela cláusula de até R\$10 mil da DAP. E ficamos de realizar uma reunião no CNM – Conselho Monetário Nacional –, reunião que não aconteceu até agora. E não tivemos nenhuma resposta.



10/05/2013

É isto que nós queremos, Senador: uma força de V. Ex^a, do Senador Ivo Cassol e de toda a Bancada no Senado Federal e na Câmara Federal também, ou em nível federal, para a gente poder reverter essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem, Adauto.

Esta Comissão vai trabalhar para tentar achar um meio-termo e colaborar para que os bancos possam dar mais empréstimos e encontrar... Vamos trabalhar para que os nossos agricultores possam ter acesso aos créditos rurais, tanto através do Banco do Brasil, como do Basa, da Caixa Econômica e também de bancos privados, principalmente com relação aos programas de Governo. Os programas de Governo são feitos para atender os nossos agricultores. Nós precisamos de uma facilitação para que os nossos agricultores possam ter acesso aos créditos agrícolas no nosso País.

Nós recebemos várias perguntas – são mais de cem perguntas. Eu vou fazer quatro aqui, e as demais nós vamos encaminhar diretamente às pessoas que perguntaram.

Uma delas é a do Herculano Fontolan, de Buritis. Ele pergunta se há alguma previsão de regularização do PA Menezes Filho, localizado na região de Buritis.

Eu peço para o Flávio responder ao Herculano.

O SR. LUÍS FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO – Nós realizaremos, na região de Buritis, um mutirão também da reforma agrária. Há vários assentamentos naquela área, e nós nos deslocaremos com as nossas equipes para lá aproximadamente no dia 25 de maio próximo.

Aproveito também para responder ao Fábio Menezes, da Fetagro, que fala sobre o preço do título em Nova União, no Assentamento Margarida Alves, no valor de R\$105 mil. Nós já fizemos em 30 hectares de terra. Nós fizemos um grupo de trabalho, levantamos essa situação, e hoje esses valores variam de R\$19 mil a R\$20 mil. Baixamos consideravelmente o valor, e isso já é ponto resolvido dentro do Incra. Esses valores vêm com 17 anos de prestação. Nós fizemos um grupo de trabalho, resolvemos, e isso já está pronto.

Aproveito também, Senador, para fazer aqui uma moção ao Basa e ao Banco do Brasil. Nos assentamentos do Incra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Está falando de Buritis? É de Buritis que você está falando ou não?

O SR. LUÍS FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A pergunta é da região de Buritis, do PA Menezes Filho.

O SR. LUÍS FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO – Eu estou respondendo essa questão também sobre valores antigos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem. Eu fiz uma pergunta, e você está respondendo outra.



O SR. LUÍS FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO – Já respondi essa também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Também?

O SR. LUÍS FLÁVIO CARVALHO RIBEIRO – E já estou fazendo aqui uma proposta para o Banco do Brasil e para o Basa para ajudar nessa questão da documentação.

Nos assentamentos do Incra, tanto o Banco do Brasil como o Basa podem levantar as demandas que faltam, como documentação de terras, regularização, em aproximadamente 30 dias, já daremos a resposta.

Aquelas famílias que tiverem o perfil do Incra e se as normativas nos favorecerem, rapidamente, essas demandas, uma vez encaminhadas a nós, já daremos a resposta positiva para a regularização da documentação dessas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Flávio.

Nós temos uma pergunta aqui da Sr^a Eliete Cardial de Jesus Silva, de Mozarlândias (GO). A cidadã afirma que mora num barraco, há muito temo, no assentamento Vítor Manuel, que fica no Município de Crixás (GO). Pergunta ela qual o prazo para liberação do crédito CCU. Eu não tenho esse conhecimento.

Eu não tenho esse conhecimento,

Não é daqui de Rondônia, Flávio; é lá de Goiás. Eu vou deixar essa pergunta para o Eduardo, que, depois, encaminhará diretamente a resposta para a nossa telespectadora, Sr^a Eliete Cardial de Jesus Silva.

O Sr. Paulo Teixeira de Siqueira, de Ouro Preto do Oeste, reclama que o Incra é inoperante em Rondônia e que o programa do governo Terra Legal não funciona, uma vez que não atende as necessidades da população local. Diante disso, discorda do que está sendo afirmado pelo Sr. Luiz Flávio na Comissão.

Está lida a opinião do Sr. Paulo Teixeira de Siqueira, de Ouro Preto do Oeste, a quem agradeço pela participação.

É importante nós lermos aqui todas as contribuições.

O Sr. Pedro José da Silva, de Touros (RN), pergunta a V. S^a como é que funciona a renegociação das dívidas ativas feitas para a agricultura.

Esta é uma pergunta ao Banco do Brasil.

Eu sugiro que ele recorra à agência do seu banco para fazer uma renegociação diretamente com o seu banco. Se for o Banco do Brasil, com o Banco do Brasil; se for o Banco do Nordeste, com o banco do Nordeste; se for a Caixa, com a Caixa; enfim, de modo que ele possa fazer a renegociação diretamente junto à instituição onde ele tomou o seu crédito.

Aqui quem faz a pergunta é a Sr^a Liliana Nunes, Vereadora de Jorge Teixeira. Diz ela que, embora não seja sobre agricultura, aproveita o momento e solicita especial atenção por parte de V. Ex^{as} com relação à escrituração urbana



do seu Município, visto que depende exclusivamente da assinatura do Incra para a descaracterização, por parte do Incra, afirma ela, para a liberação de área rural para área urbana. Ressalta que é um anseio grande da população local. Agradece a Sr^a Liliana.

Fica aqui o pedido para o Flávio do Incra.

Há ainda aqui outra pergunta que faço questão de ler. É uma indagação do Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Sr. Ademir Sudário: “Senador, o que, de fato, Jarú ganhará com esta audiência?”

Muito obrigado pela pergunta, Sr. Secretário de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Jarú. É uma boa pergunta!

Na verdade, Secretário, a nossa intenção é aproximar, como aproximou, o Senado das pessoas que trabalham com a regularização fundiária, com o crédito agrícola; e aproximar a Emater e o Incra da população. A nossa intenção foi trazê-las aqui a Jarú para que pudéssemos ter essa maior aproximação com a sociedade e, dessa forma, nós, aqui de Jarú, transmitirmos a nossa audiência, ao vivo, para todo o Brasil, mostrando a nossa cidade de Jarú. E o que é importante: quando o agricultor é atendido e respeitado, a cidade sempre ganha. Uma cidade sempre ganha. Uma cidade como Jarú, que é essencialmente agrícola, quando nós damos um apoio ao nosso agricultor, quando nós apoiamos a agricultura, estamos fomentando a economia do Estado, estamos fomentando a economia do Município de Jarú. A intenção é essa. Espero que nós possamos colaborar para que a regularização fundiária tenha celeridade maior na Amazônia, no Estado de Rondônia, principalmente no Município de Jarú. Essa foi a grande intenção de todos nós, Senadores e Deputados Federais que participamos desta audiência pública.

Temos algumas perguntas importantes aqui, que peço ao Senador Ivo Cassol que me ajude a responder.

“Com relação à recuperação da BR-364, como está essa questão da recuperação asfáltica? Esse é um problema sério e deve ser priorizado com urgência, para facilitar o transporte tanto de animais quanto de grãos, que trabalha e movimenta a economia forte do nosso Estado.” Quem pergunta é o João Adeilson do Carmo.

Eu vou fazer uma colocação depois eu passo ao Senador Ivo Cassol.

Olha, João, nós estamos trabalhando muito com relação à restauração da BR-364. Tivemos vários debates, várias discussões. Essa semana, durante uma discussão bastante grande na Comissão de Infraestrutura, tivemos um impasse. Foi colocado que vários maquinários estão trabalhando na BR-364, e eu tive que colocar claramente que, no último sábado, eu andei na BR e não encontrei nenhuma máquina trabalhando no trecho, principalmente no trecho pior, de Ouro Preto a Pimenta Bueno. Nós externamos essa notícia ao Presidente Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, e eu, o Senador Ivo Cassol e o



Senador Raupp convidamos o General Fraxe a vir a Rondônia e constatar, junto conosco, a falta de operação das empreiteiras, que já receberam a ordem de serviço desde o ano passado e não estão trabalhando. Eu soube hoje, Senador Ivo, que algumas máquinas foram arrebanhadas em algumas cidades e espalhadas ao longo da BR-364, no trecho entre Presidente Médici e Pimenta Bueno, porque na segunda-feira nós estaremos lá fazendo uma vistoria, junto com o General Fraxe.

Aliás, quero agradecer aqui o pronto atendimento do General Fraxe em aceitar o nosso convite e vir a Rondônia, rapidamente, para visitarmos esse pedaço da BR-364, entre Presidente Médici e Cacoal, que é um trecho intransitável. Eu soube que já houve alguma movimentação, já deu algum resultado esse nosso trabalho, mas segunda-feira nós estaremos lá. Ninguém suporta mais a BR-364 e nós estamos sendo cobrados. Todos nós, os três Senadores, os oito Deputados Federais, estamos sendo cobrados, e ainda há algumas pessoas achando que somos inoperantes, que não estamos cobrando devidamente o Ministério dos Transportes, devidamente o DNIT. Nós estamos, realmente, trabalhando forte.

Há uma união de toda a Bancada federal com relação à restauração da BR-364. Portanto nós, segunda-feira, os três Senadores, os oito Deputados Federais, estaremos, junto com o General Jorge Fraxe, percorrendo por terra, de Ji-Paraná a Pimenta Bueno, para ver qual é o ritmo em que anda a restauração da BR-364. Se for só aquele tapa-buraco que estão tentando fazer, é uma coisa que nós não aceitamos, e não é isso que a população de Rondônia quer com relação a nossa BR-364.

Passo a palavra ao nobre Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – O nosso Senador, Presidente desta Comissão, já falou tudo. Quanto à BR-364, até agora, nesse tempo todo, infelizmente, fomos enganados. Enganados por que motivo? Por empreiteiras de pasta, de mala que quer pegar obra, sentar em cima da obra e, ao mesmo tempo, fica enganando alguém; ao mesmo tempo, estamos trabalhando unidos, os três Senadores, como já falou o Senador Acir, os oito Deputados Federais, e cobrando.

Mas, não basta só cobrar, o que queremos é a restauração, queremos a solução, queremos o resultado. Tem dinheiro, está empenhado, foi dada ordem de serviço em agosto do ano passado. A empresa culpou ser a certidão. Não é pela certidão, porque já havia para aquele trecho ordem de serviço. Falta dar a ordem de serviço, com licitação, de Pimenta Bueno a Vilhena, que também está com problema sério.

O povo de Rondônia está perdendo seus amigos, está perdendo seus parentes em acidente. A exemplo, daqui para Porto Velho ainda está mais ou menos bom, mas existem muitos buracos – vim agora de carro, pela manhã –



colocando em risco a vida de todo mundo. E com o movimento que há nessa via, é inaceitável ficar como está.

Além disso, será feita a terceira faixa nas curvas, nos morros, e também precisamos concluir, a exemplo do que foi feito em Ji-Paraná, as marginais e, dentro da cidade, o viaduto.

Precisamos também concluir as marginais daqui da cidade de Jarú. Aqui, começaram a ser feitas as marginais e está pela metade. Há locais que estão sem acesso direito à BR e às marginais. A cidade de Ariquemes também está com problemas de conclusão das marginais. E nós dependemos dessa rodovia, porque é a espinha dorsal do Estado de Rondônia.

Portanto, não é culpa do Coronel. O Coronel não me pediu para advogar por ele, o diretor do DNIT. É aquele cara que pega em cima e cobra, mas, infelizmente, temos, no Brasil, ainda, empreiteiras de pasta, de mala, que, na última hora, estão colocando máquinas aos trancos e barrancos, e isso não vai resolver o problema.

Temos a BR-429 que também não é diferente.

A BR-425 também está com problema de conclusão.

Com isso, temos que a BR-364 seja, na verdade, a rodovia da integração, e não hoje a rodovia que é lembrada no dia de finados pelas muitas tragédias e mortes que têm acontecido.

O Presidente Collor pegou, lá naquele momento, em um ato inédito, numa reunião da Comissão de Infraestrutura, pegou a documentação do DNIT, rasgou tudo e disse: “Leva de volta e mostra para eles que nós não aceitamos mais mentira; da mesma maneira que veio vai para lá, porque isso que está aqui não é verdadeiro”. E, lógico, o General Jorge Fraxe também não ia aceitar, o nosso diretor do DNIT, que se prontificou a atender a Bancada de Rondônia, para que a BR-364 seja um exemplo de obra em nível de Brasil.

Portanto, estamos trabalhando unidos para isso. Da mesma maneira que trabalhamos unidos para fazer a obra importante na cidade do Senador Acir em Ji-Paraná, toda bancada. Foram empenhados recursos de 2011, junto. Hoje, temos em Ji-Paraná aquelas duplicações da avenida principal, as marginais de Ji-Paraná e o seu viaduto.

Aquela é uma empresa nota 10, Senador Acir. Em compensação, pegamos uma Delta da vida, que pegou Guajará-Mirim e deixou a estrada inacabada, e o povo lá padecendo de necessidade.

Isso é importante continuarmos cobrando. Estamos fazendo esse papel e vamos continuar fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Narciso Cassol, por suas colocações.

De fato, a BR-364 é um problema que temos e que precisamos dar solução. É um trabalho que vem de longa data, desde 2009, o planejamento da



restauração da BR-364. É uma situação que não podemos aceitar que continue dessa forma.

Da mesma maneira que coloquei na Comissão de Infraestrutura, eu coloco novamente: o governo fez a sua parte, fez o planejamento, fez o processo licitatório, homologou a licitação, emitiu a ordem de serviço em setembro do ano passado – agosto houve a homologação e setembro, a ordem de serviço – e nós três Senadores fizemos isso junto lá em Pimenta Bueno, e até agora a empreiteira não tinha começado. Disse que começou ontem. Vamos ver. Deve ter começado.

Não dá para aceitar.

A minha proposta é que essas empresas que mergulham no preço para pegar obras e depois não concluem a obra, que o DNIT as torne inadimplentes para não mais participarem de licitações públicas, mas não pelo nome da empresa somente, porque mudam o nome, fazem consórcio. Vamos fazer via CPF do proprietário e via CPF dos engenheiros responsáveis pelas obras, só assim vamos ter gente séria trabalhando nas licitações, sejam elas municipais, estaduais ou federal. (*Palmas.*)

É uma situação gravíssima. Já pedimos uma nota técnica, no Senado, para que a gente possa transformar isso em lei. É uma lei que tem de ser colocada em prática.

Nós não podemos, aqui, colocar o Governo em cheque. O Governo fez a sua parte e colocou o dinheiro no PAC, o orçamento no PAC. Garantiu a verba, fez o projeto e as empresas não fazem, a exemplo, como bem disse, aqui, o Senador, da 425. A Delta desapareceu, abandonou a obra no meio do serviço. Não quis saber da responsabilidade com a população, da responsabilidade com o Governo, da responsabilidade com o DNIT e o Ministério dos Transportes e deixou a população à mercê.

Agora, dia 17 de maio, novas propostas de licitação da 425 serão abertas, assim como as das pontes da BR 429 também serão abertas na próxima semana.

Esperamos que nós tenhamos um final feliz com relação a essas obras.

O General Fraxe disse o seguinte: “Este ano é o ano de Rondônia com relação às estradas federais.” Vamos esperar que, realmente, este ano o seja, o ano de 2013. Nós estamos precisando dessas obras.

No mais, eu quero, mais uma vez, agradecer a todos os nossos convidados por participarem do nosso ciclo de palestras e debates.

Agradeço pelo apoio da TV Senado, da Rádio Senado, da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião, a Sepop, que sempre nos deu todo apoio para realizarmos as nossas audiências.

Um agradecimento especial ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Benedito de Lira, que deve estar nos acompanhando lá de Alagoas. Muito obrigado, Senador Benedito.



Também, um agradecimento ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que autorizou e proporcionou a vinda de todos os técnicos do Senado, da nossa Agricultura, e também aos nossos convidados do MDA, do Incra, do Governo do Estado, do Banco do Brasil, do Basa, da Fetagro, ao nosso colega Senador Ivo Cassol, aos nossos Deputados Padre Ton, Marcos Rogério e Anselmo de Jesus.

Agradeço à Prefeita Sônia, aos Vereadores de Jaru e ao Presidente desta Casa.

Informo ao Flávio que recebi, aqui, as suas perguntas. Nós vamos enviar pessoalmente, por causa do tempo. Nós temos de fechar por causa do tempo, que já está se encerrando.

Aproveitando a oportunidade, quero desejar um feliz Dia das Mães a todas as mães, em nome da minha mãe, Dona Nair, que, com certeza, está nos assistindo neste momento. Mando um abraço à senhora e, em seu nome, saúdo e cumprimento todas as mães do Brasil, todas as mães do Estado de Rondônia, todas as mães aqui presentes.

Um abraço a todos. Tenhamos um excelente Dia das Mães nesse próximo domingo, dia 12 de maio.

Não tendo mais nada a tratar, está encerrado o III Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

(Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 23 minutos.)